



2014

RELATÓRIO ANUAL



Fundação de Previdência e Assistência Social

DIRETORIA EXECUTIVA

Aristides Leite França

Diretor-Presidente

Eduardo Henrique Garcia

Diretor de Investimentos

Wilson Neves dos Santos

Diretor de Administração e Finanças

Roberto de Carvalho Panisset

Diretor de Segurança

Horácio de Oliveira

Diretor-Ouvidor

CONSELHO DELIBERATIVO

Membros Efetivos

Victor Albano da Silva Esteves - Presidente

Edson Franco Belga de Medeiros

Luiz Roberto Bezerra

Tania Vera da Silva Araujo Vicente

Nelson Bonifácio Pereira

Patrícia Melo e Souza

Membros Suplentes

Augusto Balparda de Carvalho

Celso Antônio Guimarães

Luiz Carlos Abranches

Ivan Cunha Mourão

Willy Corrêa Ramos

Luiz Antonio de Andrade Biancovilli

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos

Miguel Nunes do Nascimento Filho - Presidente

Adilson dos Santos Carreira

José Henrique da Costa

José Luiz Oliveira Aguiar

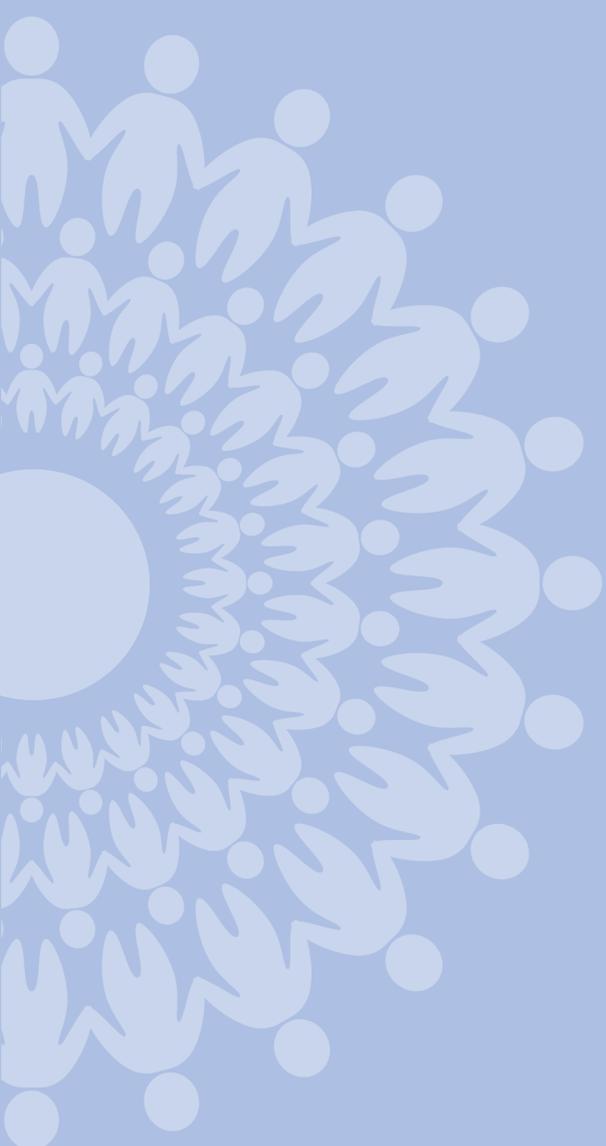
Membros Suplentes

Carlos Henrique R. V. de Carvalho

Agildo da Silva Meireles

José Renato Costa de Oliveira

Milton Ronaldo Uryn



Parte I

 Destaques	6
 Administração	11
 Benefícios Previdenciários	14
 Assistência à Saúde	21
 Investimentos	24
 Relacionamento com o Participante	30
 Responsabilidade Socioambiental	33

Parte II

 Demonstrativos Contábeis	40
 Resumos das Políticas de Investimento	49
 Demonstrativos de Investimentos	57
 Saúde	68
 Pareceres Atuariais	70
 Relatório dos Auditores Independentes	90
 Aprovação das Demonstrações Contábeis	95
 Outras Informações Relevantes	97



A Fundação vem aprimorando seus processos de governança dos investimentos de modo a que possa passar por momentos de turbulência sem comprometer a solidez futura dos planos administrados.

Compromisso e desafios

O ano de 2014 foi caracterizado por fortes oscilações na economia, mas, mesmo assim, a Real Grandeza conseguiu superar as metas de rentabilidade dos seus planos de benefícios. Ao fim do período, o cenário ainda sinalizava instabilidades, mas a Fundação vem aprimorando seus processos de governança dos investimentos de modo a que possa passar por momentos de turbulência sem comprometer a solidez futura dos planos administrados.

Tanto é assim que, mesmo nesse cenário adverso, promoveu os necessários ajustes atuariais no Plano CD, visando minimizar desequilíbrios estruturais e adequando premissas, entre as quais, a de crescimento real de salários e a que modifica o cálculo da “porção BD” do plano CD, relacionada aos benefícios de risco oferecidos aos participantes, tais como renda vitalícia, pensão por morte e invalidez. Os ajustes resultaram em desequilíbrio momentâneo, mas asseguram solidez futura.

Em outra frente, avançamos nas negociações para implantar o novo custeio do Plano BD, agora dependendo apenas de aprovação do novo Regulamento pelas instâncias governamentais envolvidas, como a Previc.

Mas de tudo o que foi realizado no período, a medida que trans-

fere para a Real Grandeza a responsabilidade pela gestão integral dos planos de saúde da patrocinadora Furnas foi, de longe, a mais significativa. Trata-se de um marco na história da Real Grandeza, pois representa uma mudança de patamar nos seus processos de governança e gestão, uma vez que, a partir de maio de 2015, a Fundação administrará uma carteira de 41 mil vidas.

Assumir essa responsabilidade implica novos compromissos e desafios, tais como modernizar processos de trabalho, adotar medidas para conter a escalada de custos de saúde e promover a otimização das despesas administrativas. Tudo isso sem comprometer a qualidade dos benefícios oferecidos.

Nosso compromisso é promover ganhos de eficiência que possam, em futuro próximo, ser revertidos diretamente para participantes e assistidos.

A Real Grandeza, que já vinha se preparando tecnicamente para assumir esse desafio, fará a gestão integral dos benefícios, buscando tornar os Planos de Saúde ainda mais seguros e acessíveis.

Aristides Leite França
Diretor-Presidente





DESTAQUES

Unificação da Gestão de Saúde

Resultado de um longo e complexo estudo, o projeto de centralização da gestão dos planos de saúde de Furnas na Real Grandeza foi aprovado em 2014. Com a medida, a partir de 1º de maio de 2015, a Fundação passará a administrar integralmente uma carteira de cerca de 41 mil vidas, distribuídas entre o Plano de Assistência à Saúde dos empregados de Furnas, o da própria Real Grandeza e o Plames.

Superação em meio à instabilidade

Apesar do cenário econômico instável, ao longo do ano passado, a Real Grandeza conseguiu superar as metas de rentabilidade estabelecidas para 2014 em seus planos de benefícios previdenciários, nos Fundos Assistencial à Saúde e de Gestão Administrativa.

Os índices alcançados confirmam o acerto da estratégia de gestão dos investimentos, orientada por uma filosofia que valoriza a solidez, a parceria entre os técnicos da casa e os órgãos de governança da entidade e o respeito aos princípios de segurança, transparência, economicidade e liquidez estabelecidos nas Políticas de Investimentos.

Empréstimo Pessoal

O Regulamento do Empréstimo Pessoal, a vigorar em 2015, foi revisto ao longo de 2014 para aprimorar os critérios de concessão e reduzir riscos de inadimplência. Novas regras tornam o processo de avaliação de crédito mais seguro, o que é fundamental, visto que o empréstimo não é um benefício e sim uma modalidade de investimento do fundo previdenciário.

Aposentadorias

Os empregados da Eletronuclear que optaram pelo Plano de Sucessão Programada receberam orientações da Real Grandeza por meio de palestras realizadas na sede da patrocinadora, no Rio, e em Angra dos Reis (RJ). O Plano teve a adesão de 623 pessoas. Parte deixou a empresa em 2014 e parte se desvinculará até dezembro de 2015. Para auxiliar esses participantes na tomada de decisão, a Real Grandeza também produziu material explicativo, disponível no site da entidade.

Educação Financeira e Previdenciária

“De Olho no Futuro” é o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Real Grandeza. Tem como objetivo principal ampliar o conhecimento sobre os planos administrados.

Entre as ações praticadas em 2014, destacam-se as publicações “Gestão dos Investimentos” e “Economia em Dia”, divulgadas aos participantes pelo site e por e-mail. Numa linguagem fácil, o boletim “Gestão dos Investimentos”, traz, semestralmente, informações sobre aplicações e resultados dos investimentos; e, a cada dois meses, circula o “Economia em Dia”, com dicas importantes para o leitor entender e acompanhar o comportamento do mercado financeiro e os impactos daí decorrentes nas finanças pessoais.

Ainda no âmbito do Programa, a Fundação realizou palestras sobre previdência, saúde e empréstimos para colaboradores da Eletronuclear (Rio e Angra) que aderiram ao Plano de Sucessão Programada dos Empregados (PSPE).

Como parte da iniciativa, o próprio presidente da entidade, Aristides Leite França, apresentou os resultados financeiros de 2013 para participantes e assistidos no auditório da patrocinadora Furnas, em maio. Depois foi a vez do diretor de Administração e Finanças, Wilson Neves dos Santos, fazer palestra sobre o tema no auditório da Eletronuclear, em Angra (RJ). Em setembro, o Diretor-Ouvidor, Horácio de Oliveira, apresentou o desempenho da Real Grandeza na Usina de Furnas (MG).

Escritório de Projetos

Fruto do Planejamento Estratégico, o Escritório de Projetos (em inglês, *Project Management Office* - PMO), parte integrante do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (PDTI), vem tendo papel fundamental no Projeto de Unificação da Gestão de Saúde na Real Grandeza. Graças à adoção do PMO, o Projeto está sendo monitorado *online* pelos dirigentes da Fundação e de Furnas, que também têm acesso a detalhados relatórios de acompanhamento.

Uma equipe multidisciplinar com, aproximadamente, 30 colaboradores foi destacada pela Real Grandeza para desenvolver e implementar o Projeto. Há também a participação de cerca de 15 fornecedores de produtos e serviços ligados ao Projeto, bem como um núcleo exclusivo dedicado ao PMO.



DESTAQUES

Governança

A Real Grandeza realizou, em 2014, o seu 2º Encontro de Dirigentes, com a participação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva da entidade. O evento buscou alinhar concepções entre os colegiados visando à reflexão sobre temas de relevância estratégica para a Fundação, com destaque para o Planejamento Estratégico, a Estrutura Organizacional e as práticas de Governança.

No período, os mandatos dos diretores de Investimentos, Eduardo Henrique Garcia, e de Administração e Finanças, Wilson Neves dos Santos, foram renovados por mais quatro anos.

Sustentabilidade

Pela terceira vez, a Real Grandeza sediou o *workshop* da Organização Não Governamental britânica *Carbon Disclosure Project* (CDP) para tratar do tema Investimentos Responsáveis. O CDP trabalha para prevenir as mudanças climáticas e proteger os recursos naturais, incentivando as empresas a alocar capital em ativos de companhias comprometidas com o tema. Como signatária do *Carbon Disclosure Project*, a Real Grandeza incentiva as empresas em que investe a prestarem contas à sociedade, por meio de relatórios que informam suas ações socioambientais. O *workshop* reuniu representantes de entidades de previdência complementar e de empresas investidas.

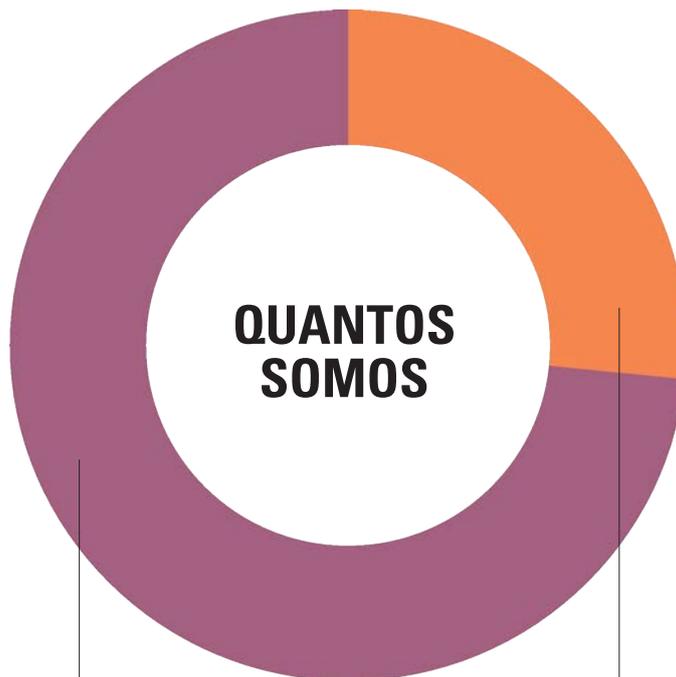
A Fundação também sediou - com o apoio da patrocinadora Furnas - o 5º Seminário "A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil", que reuniu mais de 100 pessoas no Auditório do Espaço Cultural Furnas. O evento foi uma realização da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

R\$ 12 bi

Patrimônio total da Real Grandeza ao fim de 2014. A entidade está entre as dez maiores no ranking dos fundos de pensão do país

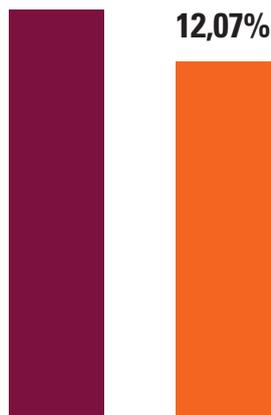
41 mil

Vidas é o total da carteira a ser administrada pela Real Grandeza com a Unificação da Gestão da Saúde, a partir de 1º de maio de 2015



Plano BD

13,84%

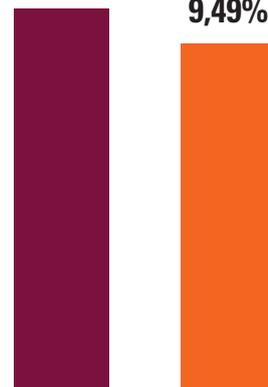


Rentabilidade obtida versus meta estabelecida para o ano de 2014 (INPC+5,5%)

● Rentabilidade
● Meta Atuarial

Plano CD

10,44%



Rentabilidade obtida versus meta estabelecida para o ano de 2014 (IGP-DI+5,5%)

● Rentabilidade
● Meta de Investimentos

10.069
Participantes ativos e assistidos do Plano BD*

2.666
Participantes ativos e assistidos do Plano CD*

*Incluindo Autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido



ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A área de Administração e Finanças tem como missão principal dar suporte a todos os setores da Real Grandeza. Ao longo de 2014, merece destaque o total envolvimento da equipe com o Projeto de Unificação da Gestão da Saúde, a começar pelos profissionais de Tecnologia da Informação (TI), que respondem pelo Escritório de Projetos (PMO), cuja atuação é fundamental para o desenvolvimento e a implantação dos sistemas que sustentam a operação unificada da Saúde. Por conta das mudanças decorrentes desse Projeto, as áreas financeira e contábil começaram a ser preparadas para atender a novas demandas, em especial os lançamentos contábeis, pagamentos de fornecedores, reembolsos, emissão e controle de boletos, entre outras atividades relacionadas à operação dos planos de saúde. Em paralelo, a equipe ainda iniciou os preparativos para assumir o Plano de Saúde da Eletronuclear.

Embora as questões relacionadas à Unificação da Gestão da Saúde tenham concentrado a maior parte das atenções durante o ano, a área de Administração e Finanças elaborou e apresentou 103 propostas de Resolução de Diretoria (PRDE), mantendo a média dos últimos três anos de duas por reunião da Diretoria Executiva, com propostas, sugestões e normativos para apreciação e deliberação do colegiado.

Através do seu Gabinete e de suas Gerências, a Diretoria de Administração e Finanças (DA) executou e participou de diversas atividades relevantes que contribuíram para aprimorar a organização da Real Grandeza, em relação a processos, controles ou custos. Coordenou e participou de diversos Comitês e Grupos de Trabalho Interdiretoriais, cujas principais realizações são descritas a seguir.

Comitê de Recursos Humanos

- Desenvolvimento, implantação, execução e acompanhamento do 3º Programa de Remuneração Variável (RV) da Real Grandeza; criação das Metas para o Programa de RV 2015

Comitê de Segurança da Informação – CSI

- Elaboração do Plano de Ação Anual 2014 para aprovação da Diretoria Executiva
- Projeto de Revisão da Política de Tecnologia e Segurança da Informação

Comitê Permanente Consultivo de TI para avaliar as demandas da Diretoria Executiva

- Atendimento a todas as pendências registradas no sistema de Controle Interno (*RiskOffice*), bem como atendimento às recomendações das Auditorias, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Finanças/Tesouraria

- Revisão dos seguintes Normativos: Fundo Fixo, Caixa Geral, Adiantamento e Prestação de Contas, Cobrança e Renegociação de Dívidas
- Implantação, em julho de 2014, do Convênio de Depósitos Judiciais, assinado com a Caixa Econômica Federal (CEF)
- Negociação com a patrocinadora Furnas para que os valores devidos à Real Grandeza e descontados na folha de pagamento dos empregados sejam creditados nas contas-correntes da entidade, já segregados por Plano
- Implantação do novo módulo do Sistema de Cobrança
- Movimentação financeira anual de, aproximadamente, R\$ 1 bilhão

Contabilidade

- Adequação do Sistema Contábil para recepção do Plano de Saúde dos empregados de Furnas e da Eletronuclear

Recursos Humanos

- Criação do programa Auxílio Pós-Graduação, com o objetivo de melhorar a qualificação dos colaboradores
- Recrutamento e seleção de 16 profissionais, sendo seis do quadro próprio, três externos, cinco estagiários e dois do programa Jovem Aprendiz
- Parceria com o Instituto IDEAS para treinamento de diretores, conselheiros, assistentes e alguns gerentes
- Realização de vinte e cinco treinamentos corporativos para colaboradores, gerentes, diretores e conselheiros
- Oficinas de Competências – Liderança (consultoria Rhealiza, com professores da PUC)
- Aplicação da ferramenta MTBI de auxílio ao desenvolvimento profissional, ministrado aos assistentes e gerentes
- Ciclo de Palestras para diretores, conselheiros, assistentes, gerentes e demais colaboradores
- Execução do programa de Exame Periódico 2014 em todos os colaboradores da FRG
- Coordenação da Campanha de Vacinação (167 pessoas vacinadas entre colaboradores, estagiários, jovens, conselheiros e terceirizados, fora os dependentes)
- Coordenação das reuniões do Comitê de RH
- Administração do Programa Sócio Esportivo (Futebol)
- Coordenação das Reuniões Gerenciais

Administração e Serviços

- Substituição de equipamentos de refrigeração do Edifício-Sede da Real Grandeza, com o objetivo de manter em perfeito funcionamento os ambientes climatizados artificialmente, bem como reduzir o consumo de energia elétrica no prédio
- Realização de Autovistoria no Edifício-Sede da Real Grandeza, em atendimento a exigências legais, para garantir que as suas instalações estejam em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Após a conclusão dos serviços recomendados ao fim da autovistoria, a Prefeitura outorgou Comunicado de Adequação, válido até dezembro de 2019, certificando que as instalações são adequadas às condições de conservação, estabilidade e segurança do imóvel

Tecnologia da Informação

- Início de operação do Escritório de Projetos (PMO)
- Ativação do CPD de Contingência externo
- Modernização do processo de *backup*
- Implantação do novo portal da FRG com segurança digital
- Reposição de todos os equipamentos do CPD da Real Grandeza (servidores, storage, no-break)
- Desenvolvimento de Projeto de Reengenharia da Rede de Dados da Real Grandeza
- Desenvolvimento de Projeto de Governança de TI (Horizontalização de Processos)
- Desenvolvimento de Projeto de Replicação de Ambiente
- *Coaching* e desenvolvimento do planejamento do Projeto de Unificação da Gestão da Saúde através do PMO
- Atualização de todo o ambiente de rede Novell

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

A Real Grandeza desenvolveu, em 2014, uma série de projetos relacionados a seus Planos Previdenciários. Neste contexto, merecem destaque a conclusão da revisão do Plano CD e os avanços para implantação de um novo custeio para o Plano BD.

Balanço atuarial

O Plano de Benefício Definido apresentou um superávit de cerca de R\$ 700 milhões. O Plano de Contribuição Definida registrou um resultado deficitário de R\$ 8,4 milhões. Em ambos os planos foram realizados ajustes na premissa de crescimento real dos salários. Adicionalmente, no Plano CD também foi realizado ajuste na premissa de desligamento. Os ajustes realizados foram baseados em estudos específicos para adequação das premissas adotadas. Como o déficit do Plano CD ultrapassou o limite estabelecido pela legislação vigente, o Conselho Deliberativo da Real Grandeza aprovou um plano para o seu equacionamento.

Plano BD

Custeio

Após novos entendimentos com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), a Previc, Furnas e Eletronuclear, a Real Grandeza elaborou nova proposta de alteração regulamentar, aprovada pelo Conselho Deliberativo, pelas Diretorias Executivas de Furnas e Eletronuclear e pelos Conselhos das duas patrocinadoras, ficando pendentes as aprovações do Dest e da Previc.

Na nova proposta, foi mantida a obrigação de cobertura integral das despesas administrativas pelas Patrocinadoras, enquanto perdurarem os efeitos da liminar proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 2008.51.01.018 523-6. O Mandado refere-se a ação movida pela Após-Furnas contra a paridade na divisão das despesas administrativas do Plano BD entre participantes e patrocinadoras, uma vez que a contratação do referido plano previdenciário foi feita antes da aprovação da Lei Complementar nº 109, de 2001, que estabeleceu o custeio paritário.

O novo Regulamento não explicita percentuais de taxas de contribuição, tornando a definição dessas taxas um processo mais dinâmico, ao permitir que, a cada avaliação atuarial anual, o custeio seja revisto de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do Plano.

PLANO BD - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES



* Benefício Proporcional Diferido

BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO - DEZEMBRO DE 2014

PLANO BD

Tipo de Benefício	Quantidade
Aposentadoria por Invalidez	213
Aposentadoria por Idade	73
Aposentadoria por Tempo de Serviço / Contribuição	6.121
Aposentadoria Especial / Ex-Combatente	405
Pensão por Morte	1.485
TOTAL	8.297

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano CD

Em busca do equilíbrio

Em 2014, o Plano CD registrou um déficit acumulado de R\$ 8,37 milhões. O déficit se refere apenas à “porção sob risco” do plano, qual seja: o fundo garantidor dos pagamentos do benefício mínimo e dos benefícios de invalidez, pensão por morte e renda vitalícia. Essa porção, muitas vezes chamada de “parcela BD do plano”, por estar sujeita a riscos como os do Plano BD, pode desequilibrar o Plano como um todo, gerando superávits ou déficits.

Para analisar se a porção sob risco do Plano CD está equilibrada, anualmente é feito um estudo de aderência levando em conta o comportamento de um conjunto de fatores como tábuas biométricas (mortalidade e entrada em invalidez), rentabilidade, taxa de juros e reajustes de salários.

O déficit de 2014 foi motivado, quase que exclusivamente, pela diferença entre o índice de reajuste salarial estimado para o período e o índice efetivamente praticado pelas patrocinadoras, cabendo ressaltar que o peso da premissa “crescimento real de salários” no equilíbrio do Plano é bastante relevante e que, nos últimos anos, ocorreram reajustes reais de salário que se refletiram nos valores de contribuição, elevando a projeção do benefício de risco do Plano. Além desse fator, em função do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) promovido por Furnas, muitos participantes do Plano CD foram promovidos a faixas salariais superiores, para ocupar os cargos dos funcionários que se aposentaram, contribuindo, também, para o aumento da massa salarial.

O plano de equacionamento de déficit abrangerá os participantes ativos e os assistidos que recebem o benefício pela modalidade renda vitalícia. Em ordem de grandeza, o déficit acumulado em 2014, de pouco mais de R\$ 8 milhões, afeta uma parcela de risco que soma R\$ 43 milhões, em um patrimônio da ordem de R\$ 572 milhões. Vale assinalar que faz parte da dinâmica de qualquer plano previdenciário que não se caracterize como “CD puro” apresentar superávit ou déficit momentâneo.

PLANO CD - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE PARTICIPANTES

	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14
Ativo	2.185	2.372	2.493	2.500	2.507
Aposentado	12	15	20	37	76
Pensionista	16	14	14	21	23
Autopatrocinado e BPD*	45	53	55	68	60
Total	2.258	2.454	2.582	2.626	2.666

* Benefício Proporcional Diferido

MOVIMENTAÇÃO DE PARTICIPANTES ATIVOS

Novas Adesões em 2014	57
Resgate de Contribuições	5
Portabilidade (entrada)	2
Portabilidade (saída)	2
Autopatrocínio	16
BPD	14

BENEFÍCIOS EM MANUTENÇÃO - DEZEMBRO DE 2014

PLANO CD

Tipo de Benefício	Quantidade
Aposentadoria Normal	45
Aposentadoria Antecipada	17
Aposentadoria por Invalidez	8
Benefício Proporcional Diferido	6
Benefício de Pensão por Morte	23
TOTAL	99

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Diagnóstico sobre o Plano CD

A Diretoria Executiva da Real Grandeza aprovou, em 2014, a criação de um grupo de trabalho interdiretorial para elaborar um diagnóstico sobre o Plano CD, visando ao estudo e à avaliação de todos os assuntos pertinentes ao Plano, tais como: implementação do Modelo de Ciclo de Vida, Despesas Administrativas, criação do Comitê de Investimentos do Plano CD e outros. Tal medida se tornou necessária face a novas perspectivas da economia, considerando o comportamento esperado da taxa de juros no longo prazo.

Em agosto de 2014, foi apresentado ao Conselho o diagnóstico inicial do trabalho. O primeiro item de estudo do grupo de trabalho interdiretorial do Plano CD foi o cálculo da contribuição complementar (administração).

Plano de Sucessão Programada dos Empregados da Eletronuclear

Em 2014, a Patrocinadora Eletronuclear lançou o Plano de Sucessão Programada dos Empregados da Eletrobras Eletronuclear (PSPE), iniciando, junto com ele, o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), o qual contou com a participação da Real Grandeza, que realizou palestras sobre Previdência, Saúde e Empréstimo nas Usinas de Angra dos Reis e na sede da empresa, no centro do Rio de Janeiro.

Recálculo de benefícios com diferenças salariais e contributivas

Desde a implantação do sistema SAP (sistema de informação que integra todos os dados e processos de uma organização em um único sistema) na patrocinadora Furnas, a Real Grandeza vem identificando divergências entre os valores contributivos repassados e aqueles que foram efetivamente descontados dos participantes. Este problema sistêmico afetou alguns dos benefícios concedidos entre 2009 e 2013, sendo resolvido pela patrocinadora em outubro de 2014. Desde então, a Fundação elaborou um plano de ação para reprocessar cerca de 900 benefícios concedidos nesse período e que foram afetados pelo problema. Até o momento, os benefícios de 2010 e 2011 já foram reprocessados e pagos. Aqueles concedidos entre 2012 e 2013 estão sendo recalculados, com previsão de pagamento das diferenças no período de março a maio de 2015.

Normativos da PREVIC publicados em 2014

(com evolução técnica e normativa)

No ano de 2014, ocorreram mudanças técnicas no Sistema de Previdência Complementar, com edição de cinco novos normativos.

Esses normativos promoveram, inclusive, a desoneração e o aprimoramento técnico do Sistema. Pelo lado da desoneração, ocorreu a simplificação de algumas exigências relativas à comunicação com participantes e assistidos (IN nº 13/14), com a revogação da Instrução Previc nº 05/13, a eliminação da análise prévia (IN nº 16/14), o licenciamento automático de planos (IN nº 17/14), além do fim da obrigatoriedade de envio das Demonstrações Atuariais para os Planos de Contribuição Definida - CD (IN nº 12/14).

Quanto ao aprimoramento técnico, as Resoluções CNPC nº 15 e nº 16 acarretaram mudanças na gestão atuarial dos planos de benefícios que representam uma evolução na precificação de ativos e passivos e alteram regras relativas ao tratamento do equilíbrio de planos. Destaca-se, aqui, a profunda discussão técnica havida entre representantes do governo e da sociedade civil, com a colaboração da Comissão *ad hoc* da Abrapp, que resultou em normativos maduros e consistentes com a realidade do mercado, baseados nas melhores práticas da indústria de fundos de pensão do mundo.

Instrução Previc nº 13, de 12/11/2014 – Essa Instrução revogou, de uma vez por todas, a Instrução Previc nº 5/2013, que sofreu inúmeras críticas e, como resultado, acabou por ter seus efeitos suspensos pela Instrução Previc nº 8/2014. Com o novo normativo, foi concedido um período de adaptação de um ano para que as EFPCs implementem todas medidas de divulgação de informações trazidas pelo normativo. Em outras palavras, as EFPCs devem buscar observar os ditames da Instrução imediatamente, porém, têm prazo até 13 de novembro de 2015, data em que a norma completa um ano, para implementá-la. Destacam-se: alterações no Relatório Anual de Informações (RAI) e criação de um Resumo do RAI; forma de alterações estatutárias ou regulamentares; informações que devem estar permanentemente disponíveis; planos com perfis de investimentos e simuladores de benefícios.

Instrução Previc nº 14, de 12/11/2014 – Dispõe sobre procedimentos de retirada de patrocínio, operação já regulamentada pela Resolução CNPC nº 11/2013, revogando a Instrução Previc nº 3/2013.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Resolução CNPC nº 15, de 24/11/2014 – trata das regras de precificação do passivo atuarial, alterando a Resolução CGPC nº 18/2006. Complementando a Resolução CNPC nº 15, foi publicada no Diário Oficial da União de 25 de novembro a Portaria Previc nº 615/2014. Essa nova normatização acarretará uma série de mudanças na gestão atuarial dos planos de benefícios.

Instrução Previc nº 16, de 12/11/2014 – é uma reformulação da conhecida Instrução Previc nº 4/2011 (revogada). O recente normativo disciplina os procedimentos de análise e define prazos para atendimento a requerimentos, cuja apreciação está voltada para a Diretoria Técnica da Previc. Essa Instrução nº 16 extinguiu a análise eletrônica prévia, o que, por sua vez, tornou o método de exame das operações postuladas mais célere e menos dispendioso.

Instrução Previc nº 17, de 12/11/2014 – Estabelece as condições para o intitulado “licenciamento automático” na autorização para aplicação imediata de regulamentos de planos de benefícios, de convênios/termos de adesão e de suas alterações. Entende-se por licenciamento automático o procedimento por meio do qual as operações previdenciárias constantes da presente Instrução são prévia e expressamente homologadas pela Previc. Tal procedimento não exige que os processos submetidos à autarquia sejam devidamente fundamentados, adequados à legislação vigente e investidos da formalidade legal necessária para cada caso.

Para fins de autorização prévia e expressa, a Previc disponibilizou em seu site (www.previc.gov.br), inicialmente, o modelo de regulamento de plano de benefícios identificado como “CD 01”, estruturado na modalidade de Contribuição Definida. Permite, também, a aplicação imediata de convênios/termos de adesão relacionados aos planos de benefícios de que trata a referida Instrução, desde que “contenham obrigatoriamente os requisitos previstos na Resolução CGPC nº 08, de 19/02/2004.”

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Depois de três anos de estudos, Furnas e Real Grandeza assinaram, em agosto, o convênio que transfere para a Fundação a responsabilidade integral pelo Plames e pelo Plano de Assistência Indireta à Saúde oferecido pela patrocinadora a seus empregados, somando-se aos Planos da própria Real Grandeza e ao Plames, o que corresponde a uma carteira de 41 mil vidas. A data fixada para efetivar a migração dos Planos é 1º de maio de 2015.

Os planos de saúde há anos enfrentam no Brasil e no mundo custos médicos ascendentes, bem superiores aos índices de correção de preços e salários. Em busca de solução para essa escalada, em maio de 2011 foi criado, em parceria com Furnas, um grupo de trabalho multidisciplinar, integrado por representantes da Fundação e da patrocinadora, de sindicatos dos empregados, da Asef e da Após-Furnas, para, juntos, estudarem caminhos que permitissem racionalizar custos.

O grupo contou, ainda, com apoio da consultoria externa AON Hewitt, líder mundial em gestão de riscos, seguros e consultoria em capital humano, que apresentou melhor preço e mais expertise no processo seletivo realizado.

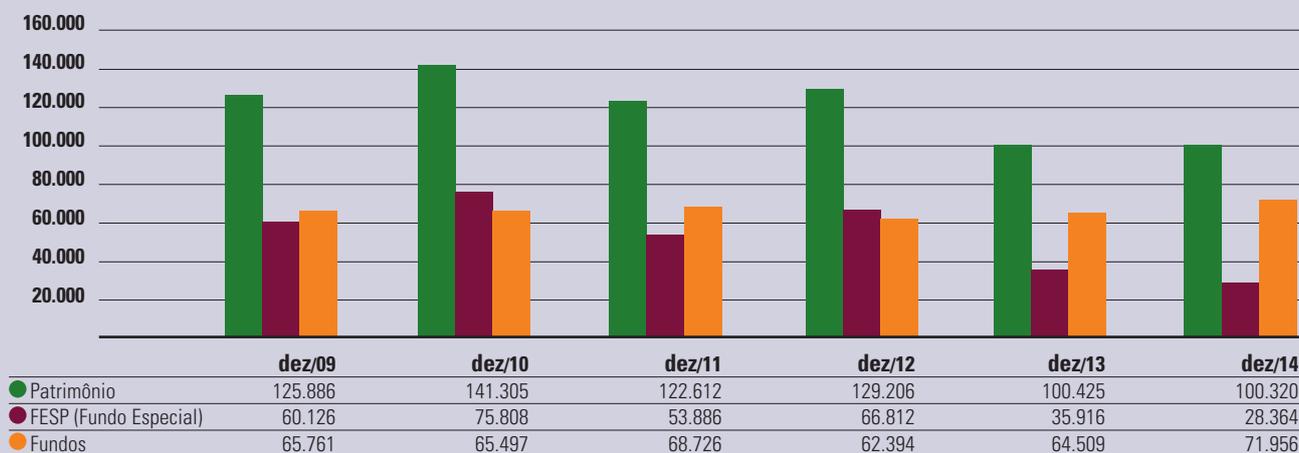
Após pesquisa e minucioso estudo, a AON Hewitt concluiu que um plano da modalidade autogestão é patrimônio valioso, não devendo ser terceirizado sob o risco de perda de controle da operação, recomendando, por isso, a sua manutenção, com centralização da gestão da saúde de todos os participantes e assistidos na Real Grandeza. A Fundação já administra diretamente a operação dos planos de saúde dos seus empregados, dos aposentados da Eletronuclear, gerindo os recursos oriundos das mensalidades pagas ao Plames, bem como os pagamentos à rede credenciada.

Essa unificação foi apontada pela AON Hewitt como fator fundamental para a melhoria de processos e administração dos Planos, proporcionando à Real Grandeza a oportunidade de aperfeiçoar a gestão e implementar medidas que objetivem reduzir os custos crescentes de saúde. Depois do diagnóstico aprovado pelo grupo de trabalho, a Real Grandeza passou a se preparar tecnicamente para assumir o desafio de assumir integralmente a gestão dos Planos de Saúde. Isso exigiu renegociar contratos e aperfeiçoar tanto a auditoria como o processamento de contas, sempre priorizando o atendimento diferenciado e buscando tornar os Planos ainda mais acessíveis.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A expectativa de todos é de que a centralização da operação em uma única empresa eliminará a duplicidade de esforços e otimizará o processo administrativo, com ganhos de eficiência e possível redução de custos.

EVOLUÇÃO FUNDOS DE PATRIMÔNIO



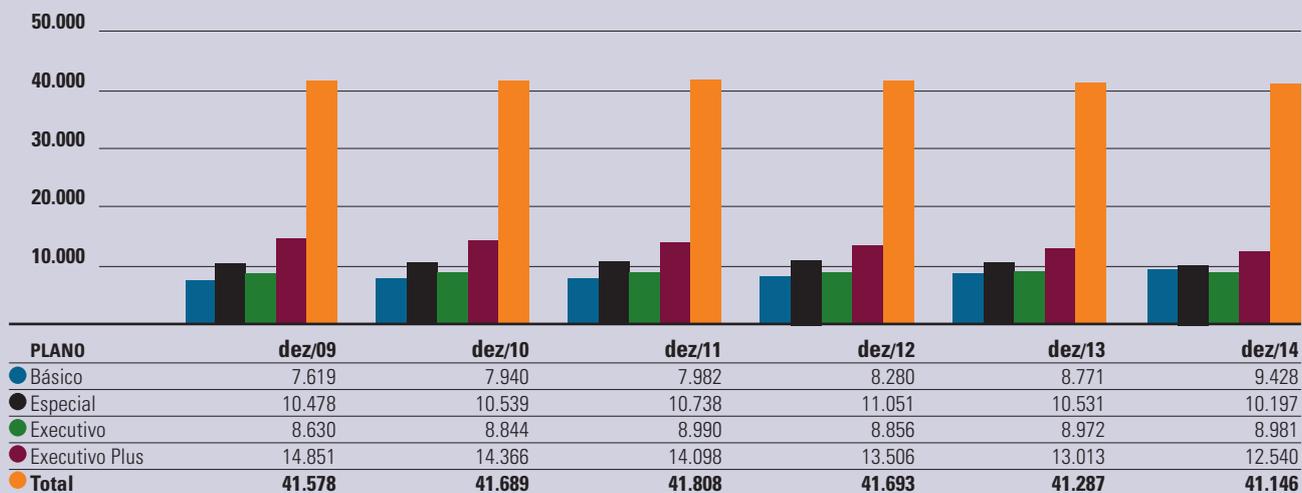
Obs.: Valores Atualizados pelo IPCA para dez/2014

Fonte: Gerência de Contabilidade

QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PLAMES EM DEZEMBRO DE 2014

PLANO	FURNAS	ELETRONUCLEAR	FRG	TOTAL
Básico	8.841	540	47	9.428
Especial	9.300	865	32	10.197
Executivo	8.488	314	179	8.981
Executivo Plus	10.206	2.050	284	12.540
Total	36.835	3.769	542	41.146

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS DO PLAMES



A quantidade de beneficiários do Plames não demonstrou grande variação nos últimos cinco anos. Entretanto, cabe destacar que o envelhecimento natural da massa é um componente de grande relevância para elevação dos custos dos Planos e uma característica a ser estreitamente acompanhada, dado o impacto que pode ter sobre os custos totais da operação de Saúde.

INVESTIMENTOS

Cenário econômico e mercados

O ambiente macroeconômico global em 2014 foi caracterizado pela recuperação gradativa das economias desenvolvidas e pelas incertezas em relação aos mercados emergentes, notadamente o Brasil e a China.

O destaque positivo no ano foi a economia americana, cuja atividade mostrou sinais de melhora abrangente, com impacto positivo sobre o mercado de trabalho e até mesmo sobre o segmento imobiliário, que originou a crise de 2008. O bom desempenho da economia americana levou o mercado acionário dos EUA a registrar sucessivas valorizações, mas também reacendeu a discussão em torno do início da elevação da taxa de juros pelo Banco Central Americano, o que acabou contribuindo para a alta das taxas dos títulos públicos brasileiros em alguns momentos.

Em relação à China, o sentimento predominante nos mercados financeiros globais foi de preocupação quanto à capacidade de sustentação do ritmo de crescimento da sua atividade, com reflexos negativos sobre os mercados acionários das economias emergentes, sobretudo dos grandes exportadores de *commodities*, como o Brasil.

O cenário econômico brasileiro, por sua vez, caracterizou-se pela retração da atividade econômica, principalmente no setor industrial, pelo patamar elevado da inflação, sobretudo do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), que registrou variação de 6,41%, e pela alta da taxa Selic, que passou de 10,00% no início do ano para 11,75% ao fim de 2014.

O fraco desempenho da atividade econômica brasileira e as incertezas dos investidores com relação às questões fiscais estão entre os principais fatores no cenário doméstico que contribuíram para impactar negativamente a performance da bolsa de valores. Assim sendo, o Ibovespa apresentou recuo de 2,9% em 2014, refletindo não apenas o cenário externo, como também o interno.

Já as taxas dos títulos públicos mostraram-se atrativas no período, dada a elevação da taxa Selic e a perspectiva de alta das taxas de juros americanas, e proporcionaram oportunidades de compra para investidores institucionais com perfil de longo prazo.

Desempenho em 2014

Apesar do conturbado cenário econômico e das incertezas advindas do cenário internacional, a Real Grandeza conseguiu superar as metas de rentabilidade estabelecidas para o ano em todos os seus planos de benefícios, registrando performance consolidada positiva de 13,66%, tendo em vista o foco em manter elevado nível de governança.

PLANOS DA FRG – RENTABILIDADES 2014

	Rentabilidade (%)	Metas (%)	
Plano BD	13,84	12,07	INPC + 5,5%
Plano CD	10,44	9,49	IGP-DI + 5,5%
Fundos Assistenciais (Saúde)	12,72	10,90	Selic
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	11,76	10,90	Selic

No segmento de Renda Variável, tanto a rentabilidade do Plano BD como a do CD, respectivamente, de 0,37% e de -0,29%, foram superiores ao IBrX-100 (índice de referência dos planos), que apresentou resultado negativo de 2,78%. O desempenho das carteiras dos Planos reflete as acertadas escolhas dos ativos. Neste segmento, a Real Grandeza implementou a gestão externa de uma pequena parcela da carteira, correspondente a 0,81% do total dos recursos do plano BD e a 0,68% do CD, conforme previsto nas Políticas de Investimentos.

No segmento de Renda Fixa, a Real Grandeza também registrou desempenho superior às metas estabelecidas, haja vista as compras bem-sucedidas de títulos públicos federais no período. Em função da elevação da taxa Selic e da perspectiva de alta das taxas de juros americanas, a Real Grandeza adquiriu novos títulos, aproveitando as oportunidades de ganhos para investidores institucionais com perfil de longo prazo. A Fundação, no entanto, continuou realizando alocações no segmento de investimentos estruturados. No fim de 2014, essas alocações somavam R\$ 191 milhões no Plano BD e R\$ 10 milhões no Plano CD.

Importante também citar que, em atendimento à legislação em vigor, foi realizada a reavaliação dos imóveis da Real Grandeza, tendo sido contratadas, tal como em anos anteriores, duas empresas especializadas nesse tipo de avaliação.

INVESTIMENTOS

Num horizonte temporal de mais longo prazo, a rentabilidade acumulada pelos investimentos totais da Real Grandeza se mantém acima das metas dos Planos. No período de 2009 a 2014, a rentabilidade consolidada acumulada dos investimentos da Real Grandeza foi de 111,79%, percentual superior às metas estabelecidas. No mesmo período, a rentabilidade do Plano BD foi de 112,78% e do Plano CD de 101,50%, resultados motivados pela contínua busca por novas oportunidades de investimentos, alinhadas com as políticas de investimentos de longo prazo.

Desta forma, cabe ressaltar que a equipe técnica da Diretoria de Investimentos soube criar oportunidades na alocação de recursos, em linha com as políticas de investimentos, mesmo diante de um quadro de significativa adversidade. O acerto da gestão no ano de 2014 foi pautado por uma filosofia de investimentos sólida, baseada exclusivamente em critérios e estratégias de longo prazo, que valorizam a parceria entre os técnicos da Diretoria de Investimentos e os órgãos de Governança, respeitando os princípios de segurança, transparência e liquidez estabelecidos.

Aplicação dos recursos

No ano de 2014, a composição das carteiras dos planos de benefícios foi similar às alocações estratégicas previstas em suas Políticas de Investimentos. Eventuais alterações nos percentuais investidos no segmento de Renda Variável, no Plano BD e no Plano de Gestão Administrativa ocorreram apenas para corrigir oscilações ocasionais de preços.

No Plano CD, diante dos atrativos preços observados, e visando evitar um descolamento excessivo da alocação estratégica definida, foram realizadas algumas movimentações no decorrer do ano em Renda Variável. Ao fim do período, o percentual investido no segmento era ligeiramente inferior ao patamar observado em dezembro de 2013.

Na Renda Fixa, a Real Grandeza realizou investimentos em títulos públicos federais e em títulos privados de primeira linha nos Planos BD e CD. Foram investidos mais de R\$ 60 milhões em Notas do Tesouro Nacional, com vencimento em agosto de 2050, e R\$ 37 milhões em títulos privados de perfil conservador de crédito, com vencimento em 2024. Estas alocações se concretizaram no momento em que a remuneração destes ativos era superior às metas atuariais e/ou de investimentos estabelecidas.

Em relação à composição da carteira de ações dos Planos, foi observada uma redução da exposição a ativos ligados a *commodities* e exportação e, em contrapartida, houve aumento de posições em setores com receitas atreladas a inflação e juros, como o setor financeiro, ou que possuem incentivos governamentais, tal como o de educação.

Todas as movimentações realizadas nos segmentos de Renda Fixa e Variável, incluindo os preços de negociação e sua comparação com as médias de mercado, estão disponíveis no endereço eletrônico da Real Grandeza (www.frg.com.br), na seção “Relatórios Financeiros”.

Governança dos investimentos

A gestão dos investimentos da Real Grandeza tem como foco a excelência na governança em todo o processo de investimentos. Para isso, são utilizados documentos que contêm critérios detalhados para cada tipo de investimento, conforme relacionados a seguir.

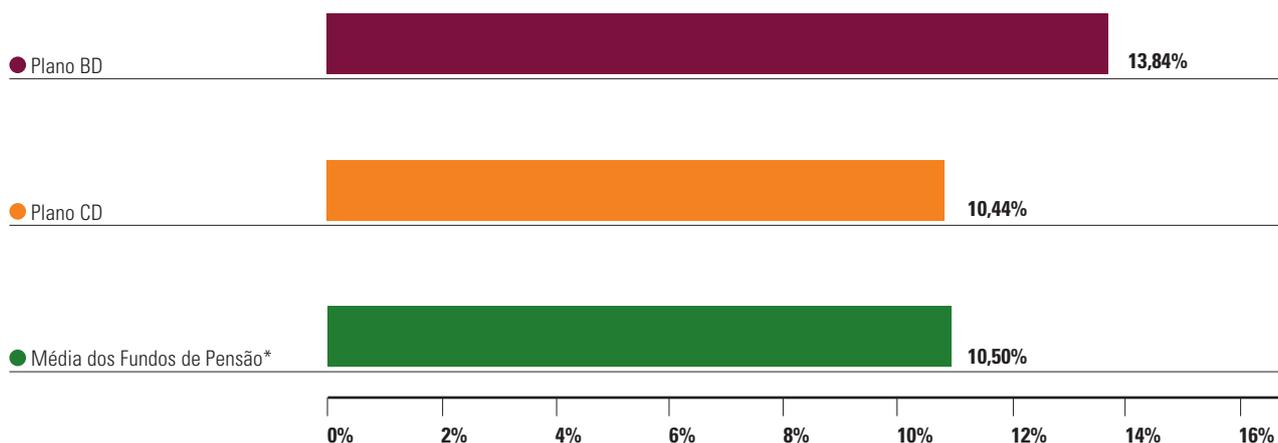
- Diretrizes do Processo de Investimentos da Real Grandeza
- Manual de Seleção de Fundos *Private Equity* e *Venture Capital*
- Manual de Seleção de Investimentos Imobiliários
- Manual de Seleção de Gestores Externos
- Critérios de Avaliação Socioambiental dos Investimentos da Real Grandeza
- Manual de Critérios de Governança Corporativa

Além dos documentos citados, com o objetivo de dar mais transparência e melhor informar a participantes e assistidos, a Real Grandeza elabora dois Boletins Financeiros, mencionados a seguir.

- Boletim “Economia em Dia”, que visa apresentar, em linguagem clara e objetiva, temas do mercado financeiro e noções de administração de finanças pessoais. Este Boletim possui periodicidade bimestral;
- Boletim de Gestão dos Investimentos, que informa, de maneira objetiva, o desempenho das carteiras dos Planos BD e CD. Este Boletim possui periodicidade semestral.

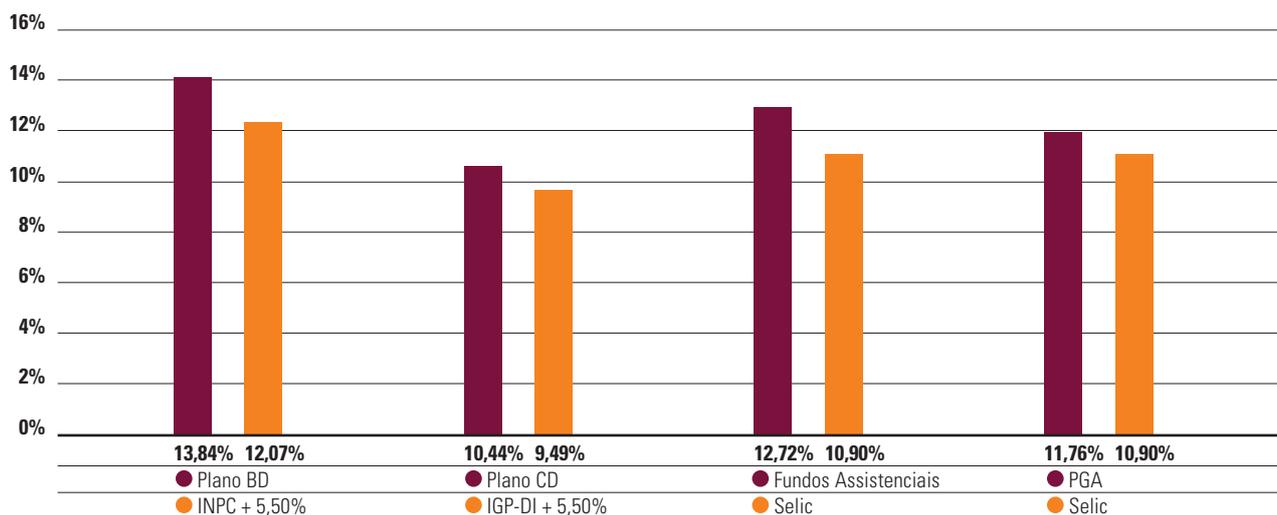
INVESTIMENTOS

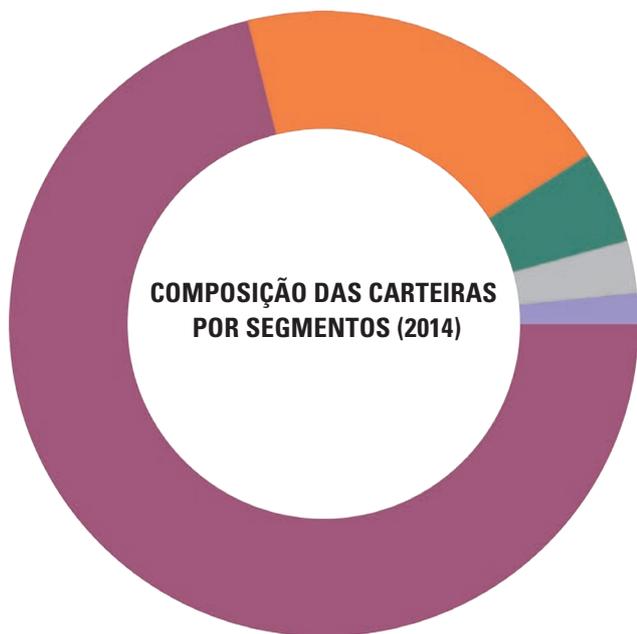
RENTABILIDADES DOS PLANOS FRG X MÉDIA DOS FUNDOS DE PENSÃO (2014)



* Expectativa da Abrapp divulgada no Jornal Valor Econômico do dia 03/02/2015

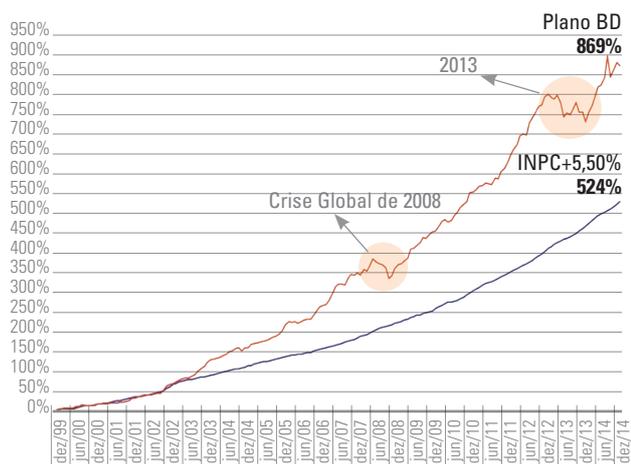
RENTABILIDADE DOS PLANOS FRG x METAS EM 2014



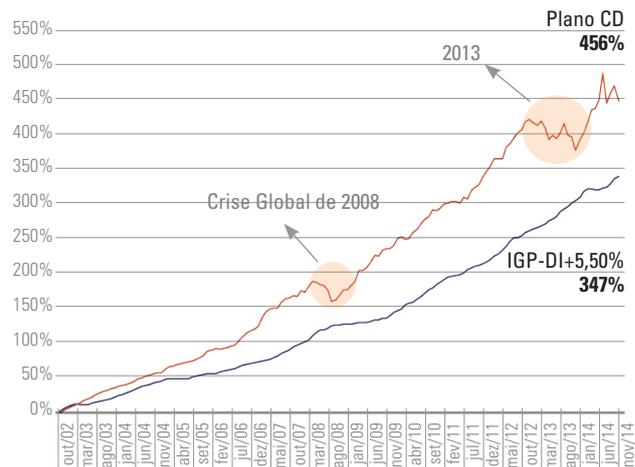


- Renda Fixa **71,0%**
- Renda Variável **19,8%**
- Imóveis **4,8%**
- Empréstimos a Participantes **2,7%**
- Investimentos Estruturados **1,6%**

RENTABILIDADE DE LONGO PRAZO DO PLANO BD



RENTABILIDADE DE LONGO PRAZO DO PLANO CD



RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

Ouvidoria

A Ouvidoria da Real Grandeza atua como uma instância recursal a que participantes e assistidos devem recorrer quando julgarem que as respostas obtidas por meio da Gerência de Relacionamento com o Participante não tenham atendido plenamente as suas expectativas. Com base nestas manifestações, a Ouvidoria busca aprimorar processos e contribuir para que a Real Grandeza preste serviços com a máxima qualidade possível.

Em 2014, de um total de 324 manifestações recebidas pela Ouvidoria, 95% foram concluídas e 5% continuam pendentes, aguardando solução ou parecer da área técnica responsável. Do total das 309 manifestações encerradas, 96% foram concluídas com resultados satisfatórios e 4% recusadas por inconsistência no pedido e/ou desenquadramento em relação a normas específicas.

Novos canais

Em 2014, a Diretoria de Ouvidoria criou o serviço de atendimento pelo site da Real Grandeza, o “Fale com a Ouvidoria”, oferecendo mais uma ferramenta para comunicação com a Real Grandeza. Além deste canal, a Ouvidoria recebe as manifestações através de telefone, e-mail, atendimento presencial e correspondência.

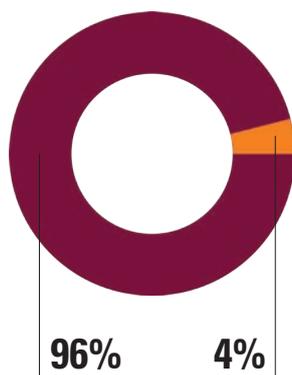
Com a criação deste novo canal, o meio eletrônico passou a ser o mais utilizado, totalizando 39% dos contatos, seguido do telefone (37%), do atendimento presencial (20%) e da correspondência (4%).

Também no período, a Real Grandeza passou a oferecer atendimento via SMS. Assim como no caso do “Fale com a Ouvidoria”, o sistema de envio de mensagens por meio de celulares, ao agilizar o atendimento, visa trazer mais facilidade e conforto para todos.

Ao receber as manifestações, a equipe da Ouvidoria as encaminha às Gerências ou Diretorias responsáveis. O processo é acompanhado e os prazos monitorados e, à medida que as áreas competentes respondem às demandas, a Ouvidoria informa ao interessado o status de sua manifestação. Assim como nos anos anteriores, assuntos relacionados ao Plames foram os mais abordados em 2014, com 58% de participação no total de manifestações; os Planos Previdenciários corresponderam a 25%, seguidos do Empréstimo Pessoal (9%) e de outros assuntos (8%).

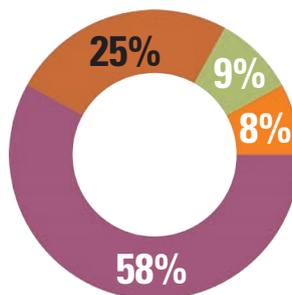
Atividades da Ouvidoria

MANIFESTAÇÕES



- Concluídos satisfatoriamente
- Recusados

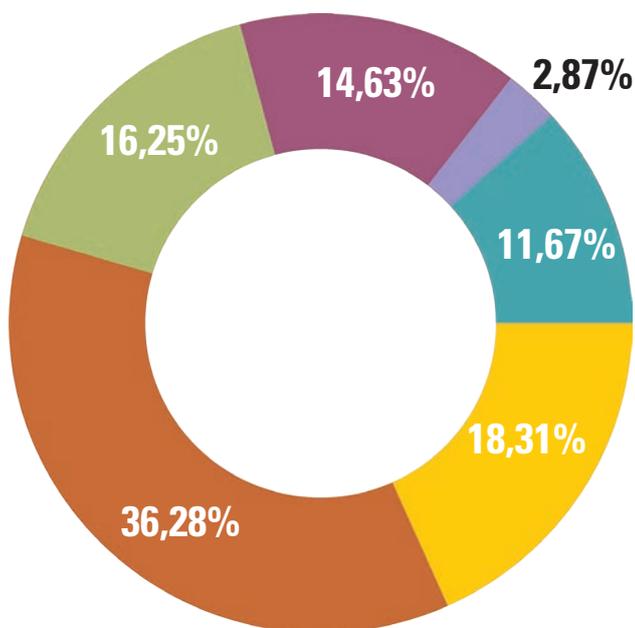
MANIFESTAÇÕES POR ASSUNTO



- Plames
- Previdência
- Empréstimos
- Outros

Gerência de Relacionamento com o Participante

CLASSIFICADO POR ASSUNTO



Classificação	Total
Cadastro	15.676
Cobrança	3.851
Empréstimo	19.654
Previdência	21.831
Saúde	48.742
Diversos	24.604
Total	134.358

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

Distribuição do atendimento por canal

Canal	2012	2013	2014
Atendimento Telefônico	41.982	42.030	47.683
Atendimento Pessoal	23.972	31.196	28.797
Correspondência	13.672	14.730	15.414
Email	14.621	40.571	31.180
Fax	1.001	1.068	445
SMS	-	-	10.839
Total	95.248	129.595	134.358

RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

4.914

empréstimos ativos,
totalizando

R\$ 321,4
milhões

Em função das manifestações, a equipe de Ouvidoria propôs algumas mudanças nos processos internos, em parceria com as Gerências e/ou Diretorias da entidade, visando ao aperfeiçoamento e bom funcionamento da Instituição.

Entre as mudanças originadas por manifestações enviadas à Ouvidoria merecem destaque:

- A decisão de reduzir a taxa de juros na carteira de Empréstimo Saúde de 6% para 5,5%
- A revisão da Política de Renegociação de Dívidas

Empréstimo Pessoal

As carteiras de Empréstimo Pessoal encerraram o período com 4.914 empréstimos ativos, totalizando R\$ 321,4 milhões. Desse valor, R\$ 270,3 milhões (3.974 empréstimos) são relativos ao Plano BD e R\$ 51,1 milhões (940 empréstimos) referentes ao Plano CD. Esses montantes representam, respectivamente, 2,38% e 9,06% do patrimônio de cada plano.

Com a implantação da Política de Renegociação das Dívidas em 2012, a Fundação Real Grandeza conseguiu, no ano de 2014, renegociar contratos reduzindo a inadimplência da carteira de emprés-

R\$ 270,3
milhões

são relativos
ao Plano BD e

R\$ 51,1
milhões

referentes ao
Plano CD

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Real Grandeza no contexto da sustentabilidade

A Real Grandeza vem disseminando a cultura de investimentos responsáveis, da preservação do meio ambiente e do respeito à diversidade de gênero e raça. Procura, assim, consolidar uma política estruturada de ações voltadas à sua inserção responsável e participativa no contexto social brasileiro, aprimorando relações com a comunidade e ajustando-se às melhores práticas de gestão.

Práticas de Gestão

A Real Grandeza adota as seguintes práticas de gestão:

- É signatária do *Carbon Disclosure Project* – CDP desde 2006
- Instituiu seu Programa de Consciência Ecológica e Social em 2007
- Participa da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Abrapp desde 2008
- Acompanha o perfil de seu Corpo Funcional desde 2009
- É signatária dos Princípios para o Investimento Responsável – PRI desde 2009
- Participa do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça desde 2009
- Criou e utiliza Manual de Critérios de Avaliação Socioambiental dos Investimentos desde 2012

Programa de Consciência Ecológico-Social

Tem como objetivo conscientizar colaboradores da Real Grandeza sobre o tema, promovendo mudança de cultura e formando multiplicadores de práticas de preservação do meio ambiente, com o slogan: “Evite o desperdício! A natureza agradece! Pequenas ações podem salvar o planeta!”

De maio de 2007 até dezembro de 2014, foram arrecadados e doados à ONG Doe Seu Lixo 26,3 toneladas de recicláveis. Isso significa que a Real Grandeza contribuiu para preservar:

Árvores:	449 unidades
Água:	2.260 m ³
Energia:	95.059 kWh
CO2 neutralizado:	de 83.835 g a 423.669 g

Fonte: Doe Seu Lixo

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Campanha 4 Rs – Reciclar, Reutilizar, Reduzir e Recusar

A Coordenação de Responsabilidade Socioambiental da Real Grandeza, em parceria com a Gerência de Administração e Serviços, promoveu, em 2014, a Campanha de Redução do Consumo e de Gastos, com a divulgação de ações de conscientização de colaboradores, estimulando-os a agir e a pensar nas questões ligadas à sustentabilidade.

XIV Gincana de Recicláveis da Real Grandeza

Foi realizada, em dezembro de 2014, a premiação da XIV Gincana de Reciclagem, que arrecadou mais de 500 kg de lixo reaproveitável, incluindo papel, plástico e vidro, entre outros.

Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

A Real Grandeza está participando da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, reafirmando, assim, o seu compromisso com a promoção da igualdade no ambiente de trabalho. O termo de compromisso foi assinado pelo Diretor-Ouvidor da Real Grandeza, Horácio de Oliveira, em cerimônia realizada no dia 18 de março, em Brasília, com a presença da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, Eleonora Menicucci.

O Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça representa a busca pela eliminação de todas as formas de discriminação. A Real Grandeza foi contemplada com o Selo da 3ª edição, em dezembro de 2010, e da 4ª edição, em fevereiro de 2013.

Junto a oito fundos de pensão, a Real Grandeza integra o Fórum de Equidade e Diversidade dos Fundos de Pensão, cujo objetivo é o de promover sinergia entre as iniciativas dessas entidades.

Homenagem à mulher - Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Real Grandeza promoveu a palestra “A Política de Promoção e Igualdade de Gênero e a Relação com o Trabalho”, ministrada pela Professora Eunice Léa de Moraes, da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seprir). O evento teve apresentação do Grupo de Teatro Real em Cena, com o espetáculo “Rádio Mulher”.



O Diretor-Ouvidor, Horácio de Oliveira, assinou o termo de compromisso da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, na presença da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, Eleonora Menicucci



Cerimônia de entrega do troféu da XIII Gincana da Solidariedade Natal Pela Vida, na qual foram arrecadados pelos colaboradores da entidade 488 itens, entre alimentos e roupas



Em outubro, colaboradores da Real Grandeza assistiram palestra sobre “Ética no Trabalho”, apresentada pela professora Tania Carvalho Netto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)



O Ciclo de Atualização para Colaboradores da Real Grandeza promove palestras sobre diversos temas, entre eles ética, saúde e sustentabilidade

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Lei Maria da Penha - Em comemoração aos oito anos da Lei Maria da Penha, completados no dia 7 de agosto, o Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Real Grandeza distribuiu a cartilha “Em Defesa da Mulher – Cidadania e Direitos” para suas colaboradoras e prestadoras de serviço, material produzido pelo Grupo “Gênero” de Furnas, em parceria com o Departamento de Responsabilidade Sociocultural da patrocinadora.

16 Dias de Ativismo - Pelo quinto ano consecutivo, a Real Grandeza apoiou a campanha “16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”, uma mobilização educativa e de massa, que luta pela erradicação deste tipo de violência e pela garantia dos Direitos Humanos.

Outubro Rosa, Novembro Azul - A Real Grandeza apoiou a campanha “Outubro Rosa 2014”, promovida pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), que estimula a participação da população no controle do câncer de mama, assim como a campanha “Novembro Azul”, uma iniciativa de âmbito nacional da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), cujo objetivo é orientar e prevenir o câncer de próstata.

Semana da alimentação saudável

Em outubro, a Diretoria de Ouvidoria da Real Grandeza, em parceria com Caefe, Cecremef e Após-Furnas promoveu a semana da Alimentação Saudável. A iniciativa teve o objetivo de orientar os participantes sobre os benefícios da boa alimentação, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação.

Programa Cultura, Lazer e Informação

Grupo de Teatro Real em Cena

Criado em 1998, o Grupo de Teatro Real em Cena, integrado por aposentados de Furnas, empregados da Real Grandeza e atores profissionais, é um instrumento lúdico e didático para disseminar a cultura da equidade e da sustentabilidade em diferentes setores da sociedade.

Alguns locais das apresentações 2014: CREA-RJ, Associação Brasileira de Apoio aos Pacientes de Câncer (Abrapac), Educandário Romão Duarte, Eventos Abrapp, Auditório do Edifício-Sede da Real Grandeza, Auditório da Eletrobras Furnas.

Programa de Mobilização Social e Promoção da Cidadania

Campanha McDia Feliz - A Fundação Real Grandeza apoiou, pelo 16º ano, a campanha promovida pelo Instituto Ronald McDonald, cujo objetivo é auxiliar milhares de crianças e adolescentes portadores de câncer ou doenças crônicas e suas demandas recorrentes. A Real Grandeza arrecadou R\$ 2.764,00, sendo R\$ 1.498,00 em tíquetes de sanduíche e R\$ 1.266,00 em produtos da Casa Ronald.

Produtos de Projetos Sociais - A Real Grandeza estimula a produção de objetos com materiais reciclados, como garrafas pet, produzidos por crianças da Comunidade Tabajaras, em Copacabana, Zona Sul do Rio, bem como divulga produtos institucionais da Casa Ronald McDonald, todos com destinação social, como aqueles repassados à comunidade do Morro dos Tabajaras.

Comunidades Santa Marta e Tabajaras – Botafogo/Copacabana – RJ - A Real Grandeza atua na Comunidade do Morro Santa Marta, em Botafogo, desde 2002, e na Comunidade do Morro dos Tabajaras, em Copacabana, desde 2009. Presta assistência periódica a crianças, idosos, vítimas de AVC e deficientes. Atua, ainda, como agente facilitador, por meio de sua equipe de voluntários, formada por colaboradores, participantes e assistidos, buscando atender as principais necessidades e apoiar projetos em andamento, o que resulta em desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos moradores dessas comunidades.

Feira de Projetos Sociais - Em dezembro de 2014, a Real Grandeza, mais uma vez, franqueou espaço para realização da Feira de Projetos Sociais, realizada anualmente, desde 2008, para exposição de produtos artesanais e acessórios customizados. O projeto tem como objetivo gerar renda para artesãos e cooperativas de comunidades ligadas a projetos sociais apoiados pela Fundação: Projeto Anjos da Seara da Comunidade Tabajaras, Aliança dos Cegos (RJ) e Cooperativa de artesãos de Farmanguinhos.

Gincana da Solidariedade - A Real Grandeza realizou, também em dezembro, a cerimônia de entrega do troféu da XIII Gincana da Solidariedade Natal Pela Vida. Foram arrecadados 488 itens, entre alimentos e roupas. Após a entrega dos troféus, crianças do projeto Anjos da Seara fizeram apresentações de dança e de música.

Demonstrativos, pareceres e outros

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO		
DISPONÍVEL	1.891	1.976	EXIGÍVEL OPERACIONAL	40.149	41.807
			Gestão Previdencial	31.511	29.197
			Gestão Administrativa	7.462	6.212
			Investimentos	1.176	6.398
REALIZÁVEL	12.239.679	11.236.989	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	141.975	128.445
Gestão Previdencial	235.774	255.231	Gestão Previdencial	116.833	104.859
Gestão Administrativa	6.476	5.527	Gestão Administrativa	2.595	2.433
Investimentos	11.997.429	10.976.231	Investimentos	22.547	21.153
Créditos Privados e Depósitos	35.646	32.767			
Ações	-	5.124			
Fundos de Investimento	11.057.177	10.268.288			
Investimentos Imobiliários	581.181	362.653			
Empréstimos	322.574	307.289			
Depósitos Judiciais	851	110			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	12.061.733	11.071.391
			Patrimônio de Cobertura do Plano	11.929.860	10.955.787
			Provisões Matemáticas	11.230.112	10.550.576
			Benefícios Concedidos	8.313.411	6.549.918
			Benefícios a Conceder	2.925.073	4.000.658
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.372)	-
			Equilíbrio Técnico	699.748	405.211
			Superávit Técnico Acumulado	699.748	405.211
			Fundos	131.873	115.604
			Fundos Administrativos	73.936	66.167
			Fundos dos Investimentos	57.937	49.437
PERMANENTE	2.287	2.678	GESTÃO ASSISTENCIAL	122.352	110.991
Imobilizado	2.110	2.114			
Diferido	177	564			
GESTÃO ASSISTENCIAL	122.352	110.991			
TOTAL DO ATIVO	12.366.209	11.352.634	TOTAL DO PASSIVO	12.366.209	11.352.634

Obs.: as Notas Explicativas, partes integrantes das Demonstrações Contábeis, estão disponíveis no endereço eletrônico da REAL GRANDEZA na Internet (<http://www.frg.com.br>)

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Variação
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	11.165.792	12.038.287	-7,25%
1. Adições	1.965.861	448.105	338,71%
Contribuições Previdenciais	251.358	230.368	9,11%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.462.221	-	-
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	8.234	-100,00%
Receitas Administrativas	61.345	58.509	4,85%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.640	2.848	168,26%
Constituição de Fundos de Investimento	8.500	-	-
Receitas Assistenciais	174.797	148.146	17,99%
2. Destinações	(969.686)	(1.320.600)	-26,57%
Benefícios	(727.532)	(584.916)	24,38%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(495.903)	-100,00%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(11.974)	-	-
Despesas Administrativas	(61.054)	(57.605)	5,99%
Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(162)	(439)	-63,10%
Reversão de Fundos de Investimentos	-	(13.128)	-100,00%
Despesas Assistenciais	(168.964)	(168.609)	0,21%
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (= 1 + 2)	996.175	(872.495)	-214,18%
Provisões Matemáticas	679.536	1.136.246	-40,19%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	294.537	(1.978.463)	-114,89%
Fundos Administrativos	7.769	3.313	134,50%
Fundos dos Investimentos	8.500	(13.128)	-164,75%
Gestão Assistencial	5.833	(20.463)	-128,51%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (= A + 3) ^(*)	12.161.967	11.165.792	8,92%

^(*) Inclui o Patrimônio Social da Gestão Assistencial no valor de R\$ 100.235 em 2014 (R\$ 94.402 em 2013)

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Variação
1. Ativos	11.647.776	10.764.929	8,20%
Disponível	1.555	1.581	-1,64%
Recebível	282.311	297.451	-5,09%
Investimento	11.363.910	10.465.897	8,58%
Créditos Privados e Depósitos	35.646	32.767	8,79%
Ações	-	4.553	-100,00%
Fundos de Investimento	10.475.019	9.802.436	6,86%
Investimentos Imobiliários	581.181	362.653	60,26%
Empréstimos	271.213	263.378	2,97%
Depósitos Judiciais	851	110	673,64%
2. Obrigações	176.462	166.126	6,22%
Operacional	37.096	40.127	-7,55%
Contingencial	139.366	125.999	10,61%
3. Fundos Não Previdenciais	113.239	99.607	13,69%
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58%
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	11.358.075	10.499.196	8,18%
Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61%
Superávit Técnico	699.748	407.489	71,72%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Variação
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	10.499.196	11.379.940	-7,74%
1. Adições	1.630.534	213.858	662,44%
Contribuições	217.614	205.624	5,83%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.412.920	-	-
Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	8.234	-100,00%
2. Destinações	(771.655)	(1.094.602)	-29,50%
Benefícios	(723.318)	(581.518)	24,38%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(477.203)	-100,00%
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(11.974)	-	-
Custeio Administrativo	(36.363)	(35.881)	1,34%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	858.879	(880.744)	-197,52%
Provisões Matemáticas	566.620	1.095.441	-48,27%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	292.259	(1.976.185)	-114,79%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	11.358.075	10.499.196	8,18%
C) Fundos Não Previdenciais	113.239	99.607	13,69%
Fundos Administrativos	57.117	51.650	10,58%
Fundos dos Investimentos	56.122	47.957	17,03%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Varição
1. Ativos	591.379	473.245	24,96%
Disponível	157	163	-3,68%
Recebível	27.418	23.954	14,46%
Investimento	563.804	449.128	25,53%
Ações	-	571	-100,00%
Fundos de Investimento	512.444	404.646	26,64%
Empréstimos	51.360	43.911	16,96%
2. Obrigações	960	657	46,12%
Operacional	960	657	46,12%
3. Fundos Não Previdenciais	18.634	15.997	16,48%
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86%
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64%
4. Ativo Líquido (= 1 - 2 - 3)	571.785	456.591	25,23%
Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61%
Déficit Técnico	-	(2.278)	-100,00%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Varição
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	456.591	418.064	9,22%
1. Adições	123.121	63.865	92,78%
Contribuições	73.820	63.865	15,59%
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	49.301	-	-
2. Destinações	(7.927)	(25.338)	-68,71%
Benefícios	(4.214)	(3.398)	24,01%
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(18.700)	-100,00%
Custeio Administrativo	(3.713)	(3.240)	14,60%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (= 1 + 2)	115.194	38.527	199,00%
Provisões Matemáticas	112.916	40.805	176,72%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.278	(2.278)	-200,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (= A + 3)	571.785	456.591	25,23%
C) Fundos Não Previdenciais	18.634	15.997	16,48%
Fundos Administrativos	16.819	14.517	15,86%
Fundos dos Investimentos	1.815	1.480	22,64%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO BD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	2014	2013	Variação
A) Provisões Técnicas	11.590.659	10.713.279	8,19%
1. Provisões Matemáticas	10.658.327	10.091.707	5,61%
1.1. Benefícios Concedidos	8.289.815	6.534.657	26,86%
Benefício Definido	8.289.815	6.534.657	26,86%
1.2. Benefícios a Conceder	2.368.512	3.557.050	-33,41%
Benefício Definido	2.368.512	3.557.050	-33,41%
2. Equilíbrio Técnico	699.748	407.489	71,72%
2.1. Resultados Realizados	699.748	407.489	71,72%
Superávit Técnico Acumulado	699.748	407.489	71,72%
Reserva de Contingência	699.748	407.489	71,72%
3. Fundos	56.122	47.957	17,03%
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	56.122	47.957	17,03%
4. Exigível Operacional	37.096	40.127	-7,55%
4.1. Gestão Previdencial	36.207	33.810	7,09%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	889	6.317	-85,93%
5. Exigível Contingencial	139.366	125.999	10,61%
5.1. Gestão Previdencial	116.833	104.859	11,42%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22.533	21.140	6,59%

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) DO PLANO CD EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Variação
A) Provisões Técnicas	574.560	458.728	25,25%
1. Provisões Matemáticas	571.785	458.869	24,61%
1.1. Benefícios Concedidos	23.596	15.261	54,62%
Contribuição Definida	5.785	4.512	28,21%
Benefício Definido	17.811	10.749	65,70%
1.2. Benefícios a Conceder	556.561	443.608	25,46%
Contribuição Definida	531.051	426.404	24,54%
Saldo de Conta - Parcela Patrocinador(es)	229.728	184.158	24,75%
Saldo de Conta - Parcela Participantes	301.323	242.246	24,39%
Benefício Definido	25.510	17.204	48,28%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(8.372)	-	-
(-) Déficit Equacionado	(8.372)	-	-
(-) Patrocinadores	(4.186)	-	-
(-) Participantes	(4.144)	-	-
(-) Assistidos	(42)	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	(2.278)	-100,00%
2.1. Resultados Realizados	-	(2.278)	-100,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(2.278)	-100,00%
3. Fundos	1.815	1.480	22,64%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.815	1.480	22,64%
4. Exigível Operacional	960	657	46,12%
4.1. Gestão Previdencial	673	576	16,84%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	287	81	254,32%



(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013			
	2014	2013	Varição
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	66.167	62.854	5,27%
1. Custeio da Gestão Administrativa	68.985	61.357	12,43%
1.1. Receita	68.985	61.357	12,43%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	40.076	39.122	2,44%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	599	594	0,84%
Resultado Positivo dos Investimentos	7.640	2.848	168,26%
Reembolso da Gestão Assistencial	20.490	18.793	9,03%
Outras Receitas	180	-	-
2. Despesas Administrativas	(61.216)	(58.044)	5,46%
2.1. Administração Previdencial	(25.538)	(23.318)	9,52%
Pessoal e Encargos	(16.529)	(15.636)	5,71%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(117)	(81)	44,44%
Viagens e Estadias	(80)	(73)	9,59%
Serviços de Terceiros	(2.669)	(2.048)	30,32%
Despesas Gerais	(5.638)	(4.707)	19,78%
Depreciações e Amortizações	(343)	(334)	2,69%
Contingências	(162)	(439)	-63,10%
2.2. Administração dos Investimentos	(15.188)	(16.095)	-5,64%
Pessoal e Encargos	(11.273)	(12.005)	-6,10%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(70)	(80)	-12,50%
Viagens e Estadias	(44)	(70)	-37,14%
Serviços de Terceiros	(1.076)	(1.013)	6,22%
Despesas Gerais	(2.516)	(2.666)	-5,63%
Depreciações e Amortizações	(209)	(261)	-19,92%
2.3. Administração Assistencial	(20.490)	(18.631)	9,98%
3. Sobra da Gestão Administrativa (= 1 + 2)	7.769	3.313	134,50%
4. Constituição do Fundo Administrativo (= 3)	7.769	3.313	134,50%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (= A + 4)	73.936	66.167	11,74%

(Em milhares de reais)

	Previdencial		Assistencial	Total
	BD	CD		
Custo Direto da Gestão	(22.875)	(2.501)	(20.338)	(45.714)
Despesas Comuns	(20.904)	(2.316)	(18.826)	(42.046)
Pessoal e Encargos	(14.862)	(1.667)	(14.178)	(30.707)
Conselhos e Comitês	(369)	(40)	(321)	(730)
Diretoria Executiva	(1.256)	(96)	(857)	(2.209)
Quadro Próprio	(13.153)	(1.528)	(12.942)	(27.623)
Pessoal Terceirizado	(83)	(3)	(58)	(144)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(104)	(13)	(96)	(213)
Viagens e Estadias	(71)	(9)	(51)	(131)
Serviços de Terceiros	(1.601)	(123)	(832)	(2.556)
Consultorias Jurídicas	(693)	-	-	(693)
Outros	(908)	(123)	(832)	(1.863)
Despesas Gerais	(3.956)	(470)	(3.401)	(7.827)
Depreciações e Amortizações	(310)	(34)	(268)	(612)
Despesas Específicas	(1.971)	(185)	(1.512)	(3.668)
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	(20)	(20)
Serviços de Terceiros	(824)	(121)	(1.015)	(1.960)
Consultorias Atuariais	(119)	(97)	(69)	(285)
Consultorias Jurídicas	(561)	-	(144)	(705)
Auditoria Externa	(98)	(11)	(41)	(150)
Outros	(46)	(13)	(761)	(820)
Despesas Gerais	(1.147)	(64)	(477)	(1.688)
Administração dos Investimentos	(14.515)	(673)	(152)	(15.340)
Despesas Comuns	(14.243)	(673)	(152)	(15.068)
Despesas Específicas	(272)	-	-	(272)
Serviços de Terceiros	(272)	-	-	(272)
Total	(37.390)	(3.174)	(20.490)	(61.054)

Obs.: a diferença de R\$ 162 mil em 2014 entre o total de despesas administrativas informado acima e o que consta da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (página anterior deste Relatório Anual) refere-se às despesas contingenciais que não foram transferidas aos Planos de Benefícios, sendo absorvidas provisoriamente pelo Fundo Administrativo até a conclusão dos processos.

(Em milhares de reais)

CUSTOS COM A GESTÃO DOS RECURSOS

	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	PGA	Total
A) Custo Total	18.768.730	984.005	200.160	55.138	20.008.033
1. Gestão Interna	13.291.031	627.770	141.777	-	14.060.578
Pessoal/Encargos	10.655.111	503.927	113.829	-	11.272.867
Consultorias (*)	182.839	8.673	1.935	-	193.447
Assessoria Jurídica	-	-	-	-	-
Auditorias	-	-	-	-	-
Custódia	73.564	3.443	763	-	77.770
Corretagens	-	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-	-
Taxas Tributárias	-	-	-	-	-
Custo Absorvido da Administração Geral	2.379.518	111.727	25.249	-	2.516.494
2. Gestão Externa	5.477.699	356.235	58.383	55.138	5.947.455
Taxa de Administração	1.199.387	51.511	4.559	3.171	1.258.628
Taxa de Performance	35.227	1.468	-	-	36.695
Corretagens	2.363.061	143.811	-	5.991	2.512.863
Taxa Selic	207.343	10.158	3.623	2.329	223.453
Taxa Cetip	125.177	19.661	13.928	15.004	173.770
Taxa CVM	65.318	39.322	23.040	15.360	143.040
Taxa Bolsa de Valores	924.714	57.215	-	2.682	984.611
Taxa de Controladoria	197.043	8.859	1.927	1.340	209.169
Taxa de Custódia	317.915	14.296	3.110	2.163	337.483
Auditorias de Fundos	4.635	4.635	4.635	4.635	18.540
Outras	37.878	5.300	3.561	2.463	49.203

(*) Consultorias: Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos Ltda., MCM Consultoria Econômica Ltda., PPS Portfolio Performance Ltda., Serasa S.A., CMA Consultoria, Agência Estado, Economática, Prajna Informação e Tecnologia Financeira Ltda., Bloomberg, RB Capital & Pentágono, Bradesco Custódia, Streamtel, Uqbar e Motta Fernandes Advogados.



2.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
01/2015 a 12/2015	INPC	5,50

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 004/309 Data: 24/11/2014

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	38,00	100,00	65,37
Renda Variável	0,00	30,00	20,72
Investimentos Estruturados	0,00	18,00	6,50
Investimentos Imobiliários	0,00	6,00	4,00
Operações com Participantes	0,00	6,00	2,41
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	1,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção das Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	1,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas; 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - 0 % do capital total de uma mesma SPE para aplicações integrantes da carteira até 31/12/2012 é de 20,00%. Para novas aplicações, a partir desta data, passa para 10,00% do capital total. 2 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%. 3 - PL = patrimônio líquido. 4 - 0 % do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados é de 25%. Porém, destacamos que o % correspondente ao Fundo de Investimento Imobiliário é de 20%.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	20,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0,00	20,00	

Observação: no caso de títulos ou valores mobiliários integrantes da carteira em 31/12/2013, o limite máximo é de 25,00% da série.

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2013	Não Aplica
Plano	13,84	-4,29	
Renda Fixa	14,33	-5,88	
Renda Variável	0,37	-4,19	
Investimentos Estruturados	6,49	5,69	
Investimentos Imobiliários	115,59	10,65	
Operações com Participantes	11,99	16,53	
Investimentos no Exterior			X

2.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	IGP-DI	5,50
100,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	IMA-B	2,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	IGP-DI	5,50
100,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI World Index	0,00

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 004/309 Data: 24/11/2014

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	28,00	100,00	59,39
Renda Variável	0,00	35,00	21,70
Investimentos Estruturados	0,00	20,00	6,02
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	15,00	11,97
Investimentos no Exterior	0,00	2,00	0,92

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Sim

Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim

Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: Operações com derivativos poderão ser realizadas, desde que para proteção das Carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e/ou realização de swaps. Além disso, elas devem ser fundamentadas em modelos de precificação utilizados pelo mercado e, quando aplicável, ter sua modelagem previamente aprovada pelo Comitê de Investimentos da REAL GRANDEZA (CIRG), bem como atender a todos os critérios estabelecidos no Artigo 44 da Resolução CMN nº 3.792/2009 e desta Política de Investimentos, sobretudo os limites máximos de alocação no segmento.

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	5,00	
Companhia Securitizadora	0,00	5,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	3,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	5,00	
FIP/FICFIP	0,00	5,00	
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00	5,00	
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	5,00	

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas; 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - 0 % do capital total no caso de uma mesma SPE é de 10,00%; 2 - Para Instituições Financeiras de Médio/Alto Risco de Crédito o % do PL é de 5,00%; 3 - 0 % do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados é de 25%. Porém, destacamos que o % correspondente ao Fundo de Investimento Imobiliário é de 20%.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0,00	15,00	
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0,00	15,00	
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2013	Não Aplica
Plano	10,44	-4,22	
Renda Fixa	15,45	-6,66	
Renda Variável	-0,29	-3,22	
Investimentos Estruturados	8,50	-12,53	
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	9,80	11,38	
Investimentos no Exterior			X

2.3 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Operações com Participantes	100,00	INPC	5,50

Documentação / Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: RC nº 004/309 Data: 24/11/2014

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim

Dispõe de Manual: Sim

Possui modelo proprietário de risco: Não

Dispõe de Manual: Não

Realiza Estudos de ALM: Não

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	98,00	100,00	100,00
Renda Variável	0,00	0,00	0,00
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	2,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	2,50	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM			X
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X

FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação ao total de recursos; 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta			X
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE			X
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2013	Não Aplica
Plano	12,72	-8,77	
Renda Fixa	12,65	-8,79	
Renda Variável			X
Investimentos Estruturados			X
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes	10,55	-15,12	
Investimentos no Exterior			X

2.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Participação (%)	Plano/Segmento	Percentual Indexador (%)	Indexador	Taxa de Juros a.a. (%)
100,00	Plano	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Fixa	100,00	Taxa Selic	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00

Documentação / Responsáveis

Nº da Ata: RC nº 004/309

Data: 24/11/2014

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2015 a 31/12/2015	PLANO	EDUARDO HENRIQUE GARCIA	815.247.496-72	Diretor de Investimentos

Controle de Risco

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	
Realiza Estudos de ALM: Sim		

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2015 a 12/2015

Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	80,00	100,00	92,50
Renda Variável	0,00	20,00	7,50
Investimentos Estruturados	0,00	0,00	0,00
Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00
Operações com Participantes	0,00	0,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	0,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim

Utiliza derivativos? Não

Perfis de Investimento

O Plano possui Perfis de Investimentos? Não

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	5,00	
Tesouro Estadual ou Municipal			X
Companhia aberta com registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral			X
Companhia Securitizadora			X
Patrocinador do Plano de Benefício			X
FIDC/FICFIDC			X
FIP/FICFIP			X
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE			X
FII/FICFII classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			X

Observações: 1 - Limites em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas; 2 - FIDC = Fundo de Investimento em Direitos Creditórios; FIC = Fundo de Investimento em Cotas; FIP = Fundo de Investimento em Participações; FII = Fundo de Investimento Imobiliário.

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0,00	20,00	
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou de uma SPE	0,00	20,00	
% do PL de uma mesma instituição financeira	0,00	10,00	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0,00	20,00	
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados			X
% do PL de fundo de investimento classificado no Segmento de Investimentos no Exterior			X
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil			X
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário			X

Observações: 1 - Para instituições financeiras de médio/alto risco de crédito, o % do PL é de 5,00%; 2 - Não é permitido SPE; 3 - PL = patrimônio líquido.

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)	Não Aplica
% de uma série de títulos ou valores mobiliários			X
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC			X
% de um mesmo empreendimento imobiliário			X

Rentabilidade (%)

Plano/Segmento	2014	2013	Não Aplica
Plano	11,76	4,63	
Renda Fixa	13,02	5,50	
Renda Variável	-0,40	-2,85	
Investimentos Estruturados			X
Investimentos Imobiliários			X
Operações com Participantes			X
Investimentos no Exterior			X

**TOTAL DE RECURSOS ADMINISTRADOS PELA REAL GRANDEZA**

Segmento	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Plano de Gestão Administrativa	Total
Renda Fixa	8.049.403.367,28	375.547.254,21	113.512.761,53	64.050.760,20	8.602.514.143,22
Renda Variável	2.262.655.385,93	126.810.520,46	-	5.648.010,65	2.395.113.917,04
Investimentos Estruturados	191.406.870,36	9.677.188,77	-	-	201.084.059,13
Investimentos Imobiliários	581.154.903,62	-	-	-	581.154.903,62
Operações com Participantes	270.350.817,10	51.073.187,17	427.166,05	-	321.851.170,32
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	-
Caixa/Despesas a Pagar	7.214.400,43	409.272,28	(2.484,86)	16.221,77	7.637.409,62
Total	11.362.185.744,72	563.517.422,89	113.937.442,72	69.714.992,62	12.109.355.602,95

Rentabilidades dos Planos Administrados pela Real Grandeza

Período	Plano BD	Plano CD	Fundos Assistenciais	Plano de Gestão Administrativa	Total
2014	13,84%	10,44%	12,72%	11,76%	13,66%

Responsáveis

Fernando Motta & Associados - Auditor de Gestão

Eduardo Henrique Garcia - Administrador Responsável

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD**Distribuição dos Investimentos por Segmento**

Segmento	2014		2013		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	8.049.403.367,28	70,84%	7.421.020.685,16	70,95%	Até 100%
Renda Variável	2.262.655.385,93	19,91%	2.244.503.392,60	21,46%	Até 33%
Investimentos Estruturados	191.406.870,36	1,68%	163.203.408,04	1,56%	Até 18%
Investimentos Imobiliários	581.154.903,62	5,11%	356.747.429,86	3,41%	Até 5%
Operações com Participantes	270.350.817,10	2,38%	262.966.748,30	2,51%	Até 7%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	-	0,00%	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	7.214.400,43	0,06%	11.585.179,62	0,11%	-
Total de Investimentos	11.362.185.744,72	100,00%	10.460.026.843,58	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	14,33%	-	-
Títulos a Mercado	14,94%	IMA	12,36%
Títulos na Curva	12,74%	INPC + 5,50%	12,07%
Renda Variável	0,37%	-	-
Carteira de Mercado	-0,35%	IBrX	-2,78%
Carteira de Ativos Diversos	930,44%	IBrX	-2,78%
FRG FIA Q	13,24%	IBrX ^(**)	7,35%
FRG FIA GAP	10,11%	IBrX ^(**)	7,35%
Investimentos Estruturados	6,49%	IMA-B + 2%	16,83%
Investimentos Imobiliários	115,59%	IMA	12,36%
Operações com Participantes	11,99%	INPC + 5,50% ^(*)	12,24%
Total	13,84%	INPC + 5,50%	12,07%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada considerando defasagem de 2 (dois) meses (INPC + 5,75% a.a. para os últimos dois meses de 2013 e INPC + 5,50% a.a. para os dez primeiros meses de 2014); (**) Rentabilidade do IBrX acumulada entre 26/02/2014, inclusive (um dia após o início dos fundos FRG FIA Q e FRG FIA GAP), e 31/12/2014.

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total Terceirizado (***)
MULTIMERCADO/RENDA FIXA		10.187.274.193,04	89,66%	-
Fundos Exclusivos		10.187.274.193,04	89,66%	-
FRG Plano BD FI Multimercado	Real Grandeza	10.187.274.193,04	89,66%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		191.406.870,36	1,68%	66,52%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	15.860.796,29	0,14%	5,51%
DGF FIPAC 2 FIP	DGF Investimentos	189.920,25	0,00%	0,07%
DLM Brasil TI FIP	DLM Invista	14.227.652,86	0,13%	4,94%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	31.680.000,00	0,28%	11,01%
FIP Brasil Energia	BTG Pactual	88.795.829,55	0,78%	30,86%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	18.536.378,73	0,16%	6,44%
Mellon GTD FIP	BNY Mellon	2.947.775,90	0,03%	1,02%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	19.168.516,78	0,17%	6,66%
RENDA VARIÁVEL		96.337.809,60	0,85%	33,48%
FRG FIA Q	Quest Investimentos	43.483.756,80	0,38%	15,11%
FRG FIA GAP	GAP Prudential LT	52.854.052,80	0,47%	18,37%
Total		10.475.018.873,00	92,19%	-

(***) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados.

PLANO BD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			11.362.185.744,72	100,00%
FRG PLANO BD FI MULTIMERCADO			10.187.274.193,04	89,66%
RENDA FIXA			8.013.757.431,25	70,53%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			7.531.574.333,37	66,29%
Notas do Tesouro Nacional			7.070.243.549,81	62,23%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			4.879.800.902,21	42,95%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		570.967	1.417.599.643,05	12,48%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		199.718	1.015.771.413,80	8,94%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		331.258	818.705.317,34	7,21%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		310.730	790.808.160,12	6,96%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2050)		190.691	478.407.428,78	4,21%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		115.098	358.508.939,12	3,16%
Títulos Mantidos Até o Vencimento ("Títulos na Curva")			2.190.442.647,60	19,28%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		150.159	720.798.504,33	6,34%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2035)		326.916	690.966.039,00	6,08%
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)		241.997	542.590.846,91	4,78%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		71.854	213.903.796,43	1,88%
NTN-B (Vencimento: 15/08/2024)		9.223	22.183.460,93	0,20%
Títulos da Dívida Agrária		16.175	1.481.705,00	0,01%
Operações Compromissadas (Adelic)		261.127	459.849.078,56	4,05%

	Espécie	Quantidade	RS	Partic.	
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			482.183.097,88	4,24%	
Letras Financeiras					
			211.101.960,65	1,86%	
	Safra (Vencimento: 15/06/2015)	66	83.767.931,31	0,74%	
	CEF (Vencimento: 15/06/2015)	66	83.157.995,69	0,73%	
	Bradesco (Vencimento: 06/09/2024)	30	29.059.617,58	0,26%	
	Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)	13	15.116.416,07	0,13%	
Letras Financeiras Subordinadas					
			207.541.550,25	1,83%	
	Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)	76	105.663.885,70	0,93%	
	Itaú (Vencimento: 06/02/2018)	76	101.877.664,55	0,90%	
Debêntures Não Conversíveis					
			63.539.586,98	0,56%	
	BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)	42.238	56.981.186,98	0,50%	
	Vale (Vencimento: 08/07/2050)	655.840	6.558.400,00	0,06%	
RENTA VARIÁVEL			2.166.317.376,33	19,07%	
Mercado à Vista					
			2.157.738.906,62	18,99%	
	AES Elpa	ON	333.918	3.118.794,12	0,03%
	BM&FBovespa	ON	6.517.300	64.195.405,00	0,56%
	Bradesco	PN	9.553.596	334.949.075,76	2,95%
	Brasil Seguridade	ON	6.855.800	220.482.528,00	1,94%
	BRF - Brasil Foods	ON	3.457.114	219.319.312,16	1,93%
	CCR	ON	4.132.800	63.686.448,00	0,56%
	Cielo	ON	1.487.300	61.975.791,00	0,55%
	Itaú Unibanco	PN	10.915.322	377.670.141,20	3,32%
	Itaúsa	PN	12.915.601	121.277.493,39	1,07%
	Kroton	ON	12.889.700	199.790.350,00	1,76%
	Pão de Açúcar - CBD	PN	340.600	33.593.378,00	0,30%
	Petrobras	ON	6.267.257	60.102.994,63	0,53%
	Petrobras	PN	9.045.418	90.635.088,36	0,80%
	Ultrapar Participações	ON	3.625.630	186.538.663,50	1,64%
	Vale	ON	1.635.050	35.823.945,50	0,32%
	Vale	PNA	2.436.600	46.855.818,00	0,41%
	Weg	ON	1.232.800	37.723.680,00	0,33%
Debêntures Conversíveis de Emissão Pública com Participação nos Lucros					
			8.578.469,71	0,08%	
	Proman - Produtores Energéticos de Manso	2.000	5.988.728,71	0,05%	
	CRT - Concessionária Rio-Teresópolis	4.620	2.589.741,00	0,02%	
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			7.199.385,46	0,06%	
CARTEIRA PRÓPRIA			1.174.911.551,68	10,34%	
RENTA FIXA			35.645.936,03	0,31%	
Certificados de Recebíveis Imobiliários					
			35.645.936,03	0,31%	
	CRI da 62ª Série da 1ª Emissão da RB Capital	1	35.645.936,03	0,31%	

	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
RENDA VARIÁVEL			96.338.009,60	0,85%
Mercado à Vista			200,00	0,00%
Proman - Produtores Energéticos de Manso	ON	20.000	200,00	0,00%
Cotas de Fundos de Investimento em Ações - FIA			96.337.809,60	0,85%
FRG FIA Q		38.400.000	43.483.756,80	0,38%
FRG FIA GAP		48.000.000	52.854.052,80	0,47%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			191.406.870,36	1,68%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		18.759	15.860.796,29	0,14%
DGF FIPAC 2 FIP		999	189.920,25	0,00%
DLM Brasil TI FIP		15.112.842	14.227.652,86	0,13%
FII Agências Caixa		33.000	31.680.000,00	0,28%
FIP Brasil Energia		2.888	88.795.829,55	0,78%
FIP Brasil Petróleo 1		21.346	18.536.378,73	0,16%
Mellon GTD FIP		2.149	2.947.775,90	0,03%
Pátria Real Estate III FIP		17.364	19.168.516,78	0,17%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			581.154.903,62	5,11%
Edificações de Uso Próprio			47.302.891,40	0,42%
Rua Mena Barreto, 143 - Rio de Janeiro - RJ			47.302.891,40	0,42%
Edificações Locadas à(s) Patrocinadora(s)			522.777.601,01	4,60%
Rodovia Presidente Dutra, 238 - Rio de Janeiro - RJ			14.578.571,01	0,13%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco A - Rio de Janeiro - RJ			165.617.544,99	1,46%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco B - Rio de Janeiro - RJ			113.528.153,35	1,00%
Rua Real Grandeza, 219, Bloco C - Rio de Janeiro - RJ			229.053.331,66	2,02%
Edificações para Renda			7.642.939,53	0,07%
Ed Parque das Palmeiras, R. Omar T. Castro, L88/90 Q5 - Angra dos Reis - RJ			7.642.939,53	0,07%
Valores a Receber			3.457.398,98	0,03%
Valores a Pagar			(25.927,30)	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			270.350.817,10	2,38%
Valores a Receber			272.447.015,27	2,40%
Valores a Pagar			(2.096.198,17)	-0,02%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			15.014,97	0,00%

3.2 PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2014		2013		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	375.547.254,21	66,64%	279.990.031,39	62,35%	Até 100%
Renda Variável	126.810.520,46	22,50%	116.432.198,12	25,93%	Até 40%
Investimentos Estruturados	9.677.188,77	1,72%	8.224.314,90	1,83%	Até 20%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	51.073.187,17	9,06%	43.830.394,80	9,76%	Até 15%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	409.272,28	0,07%	575.364,70	0,13%	-
Total de Investimentos	563.517.422,89	100,00%	449.052.303,91	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	15,45%	IMA	12,36%
Renda Variável	-0,29%	-	-
Carteira de Mercado	-0,43%	IBrX	-2,78%
FIA - Q	13,24%	IBrX (**)	7,35%
FIA - GAP	10,11%	IBrX (**)	7,35%
Investimentos Estruturados	8,50%	IMA-B +2%	16,83%
Operações com Participantes	9,80%	IGP-DI + 5,50% (*)	8,93%
Total	10,44%	IGP-DI + 5,50%	9,49%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada considerando defasagem de 2 (dois) meses (IGP-DI + 5,75% a.a. para os últimos dois meses de 2013 e IGP-DI + 5,50% a.a. para os dez primeiros meses de 2014);

(**) Rentabilidade do IBrX acumulada entre 26/02/2014, inclusive (um dia após o início dos fundos FRG FIA Q e FRG FIA GAP), e 31/12/2014.

Recursos em Fundos de Investimentos

Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total	Partic. Total	
			Terceirizado (***)	
MULTIMERCADO/RENDA FIXA	498.752.342,48	88,51%	-	
Fundos Exclusivos	498.752.342,48	88,51%	-	
FRG Plano CD FI Multimercado	Real Grandeza	498.752.342,48	88,51%	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9.677.188,77	1,72%	70,68%	
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	BRZ Investimentos	484.667,02	0,09%	3,54%
DGF FICPAC 2 FIP	DGF Investimentos	16.514,80	0,00%	0,12%
DLM Brasil TI FIP	DLM Invista	748.823,83	0,13%	5,47%
FII Agências Caixa	Rio Bravo	6.720.000,00	1,19%	49,08%
FIP Brasil Petróleo 1	Mare e Mantiq	750.026,79	0,13%	5,48%
Pátria Real Estate III FIP	Pátria Investimentos	957.156,33	0,17%	6,99%
RENDA VARIÁVEL	4.014.075,40	0,71%	29,32%	
FRG FIA Q	Quest Investimentos	1.811.823,20	0,32%	13,23%
FRG FIA GAP	GAP Prudential LT	2.202.252,20	0,39%	16,09%
Total	512.443.606,65	90,94%	-	

(***) Esta coluna apresenta a distribuição de recursos entre os gestores terceirizados.

PLANO CD - DISTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DOS INVESTIMENTOS

	Espécie	Quantidade	RS	Partic.		
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			563.517.422,89	100,00%		
FRG PLANO CD FI MULTIMERCADO			498.752.342,48	88,51%		
RENDA FIXA			375.547.254,21	66,64%		
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			357.322.525,15	63,41%		
Notas do Tesouro Nacional			279.458.929,63	49,59%		
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			279.458.929,63	49,59%		
NTN-B (Vencimento: 15/08/2050)			51.560	129.354.227,68	22,95%	
NTN-B (Vencimento: 15/05/2045)			25.602	63.275.433,46	11,23%	
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)			9.748	30.363.213,42	5,39%	
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)			3.586	18.238.497,73	3,24%	
NTN-F (Vencimento: 01/01/2023)			40.861	38.227.557,34	6,78%	
Títulos da Dívida Agrária			176	16.140,69	0,00%	
Operações Compromissadas (Adelic)			97.258	77.847.454,83	13,81%	
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			18.224.729,06	3,23%		
Letras Financeiras			14.062.752,22	2,50%		
Bradesco (Vencimento: 06/09/2024)			7	6.780.577,44	1,20%	
Bradesco (Vencimento: 08/09/2023)			3	3.488.403,71	0,62%	
Safra (Vencimento: 15/06/2015)			1	1.903.816,62	0,34%	
CEF (Vencimento: 15/06/2015)			1	1.889.954,45	0,34%	
Letras Financeiras Subordinadas			2.641.597,14	0,47%		
Bradesco (Vencimento: 06/02/2018)			1	2.641.597,14	0,47%	
Debêntures não Conversíveis			1.127	1.520.379,70	0,27%	
BNDES Participações (Vencimento: 15/01/2017)			1.127	1.520.379,70	0,27%	
RENDA VARIÁVEL			122.796.445,06	21,79%		
Mercado à Vista			122.796.445,06	21,79%		
BM&FBovespa			ON	378.000	3.723.300,00	0,66%
Bradesco			PN	544.663	19.095.884,78	3,39%
Brasil Seguridade			ON	393.000	12.638.880,00	2,24%
BRF - Brasil Foods			ON	201.750	12.799.020,00	2,27%
CCR			ON	228.500	3.521.185,00	0,62%
Cielo			ON	87.200	3.633.624,00	0,64%
Itaú Unibanco			PN	623.105	21.559.433,00	3,83%
Itaúsa			PN	733.306	6.885.743,34	1,22%
Kroton			ON	733.200	11.364.600,00	2,02%
Pão de Açúcar - CBD			PN	21.200	2.090.956,00	0,37%

Petrobras	ON	350.964	3.365.744,76	0,60%
Petrobras	PN	520.909	5.219.508,18	0,93%
Ultrapar Participações	ON	193.900	9.976.155,00	1,77%
Vale	ON	92.500	2.026.675,00	0,36%
Vale	PNA	143.200	2.753.736,00	0,49%
Weg	ON	70.000	2.142.000,00	0,38%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			408.643,21	0,07%
CARTEIRA PRÓPRIA			64.765.080,41	11,49%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			9.677.188,77	1,72%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP		573	484.667,02	0,09%
DGF FICPAC 2 FIP		87	16.514,80	0,00%
DLM Brasil TI FIP		795.413	748.823,83	0,13%
FII Agências Caixa		7.000	6.720.000,00	1,19%
FIP Brasil Petróleo 1		864	750.026,79	0,13%
Pátria Real Estate III FIP		867	957.156,33	0,17%
RENDA VARIÁVEL			4.014.075,40	0,71%
FRG FIA Q		1.600.000	1.811.823,20	0,32%
FRG FIA GAP		2.000.000	2.202.252,20	0,39%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			51.073.187,17	9,06%
Valores a Receber			50.572.879,30	8,97%
Valores a Pagar			500.307,87	0,09%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			629,07	0,00%

3.3 FUNDOS ASSISTENCIAIS

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2014		2013		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	113.512.761,53	99,63%	105.276.940,71	99,72%	Até 100%
Renda Variável	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	427.166,05	0,37%	297.986,51	0,28%	Até 2%
Caixa/Despesas a Pagar	(2.484,86)	0,00%	(1.905,55)	0,00%	-
Total de Investimentos	113.937.442,72	100,00%	105.573.021,67	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	12,65%	Taxa Selic	10,90%
Operações com Participantes	10,55%	INPC + 5,50% (*)	12,24%
Total	12,72%	Taxa Selic	10,90%

(*) De acordo com a Política de Investimentos, a variação do benchmark do Segmento de Operações com Participantes foi apurada considerando defasagem de 2 (dois) meses (INPC + 5,75% a.a. para os últimos dois meses de 2013 e INPC + 5,50% a.a. para os dez primeiros meses de 2014).

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
RENDA FIXA		92.544.705,13	81,22%
Fundos Exclusivos		92.544.705,13	81,22%
FRG FA FI Renda Fixa	Real Grandeza	92.544.705,13	81,22%
Total		92.544.705,13	81,22%

FUNDOS ASSISTENCIAIS - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			113.937.442,72	100,00%
FRG FA FI RENDA FIXA			92.544.705,13	81,22%
RENDA FIXA			92.548.152,59	81,23%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			92.548.152,59	81,23%
Notas do Tesouro Nacional			77.942.292,86	68,41%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			77.942.292,86	68,41%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		11.905	60.549.167,73	53,14%
NTN-C (Vencimento: 01/04/2021)		5.584	17.393.125,13	15,27%
Títulos da Dívida Agrária		1.239	113.504,47	0,10%
Operações Compromissadas (Adelic)		18.106	14.492.355,26	12,72%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			(3.447,46)	0,00%
CARTEIRA PRÓPRIA			21.392.737,59	18,78%
RENDA FIXA			20.964.608,94	18,40%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			20.964.608,94	18,40%
Notas do Tesouro Nacional			20.964.608,94	18,40%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			20.964.608,94	18,40%
NTN-C (Vencimento: 01/01/2031)		4.122	20.964.608,94	18,40%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			427.166,05	0,37%
Valores a Receber			398.426,89	0,35%
Valores a Pagar			28.739,16	0,03%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			962,60	0,00%

3.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	2014		2013		Limites da Política de Investimentos
	R\$	Partic.	R\$	Partic.	
Renda Fixa	64.050.760,20	91,88%	55.479.971,76	90,64%	Até 100%
Renda Variável	5.648.010,65	8,10%	5.712.548,15	9,33%	Até 20%
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	-	-	-	-	-
Caixa/Despesas a Pagar	16.221,77	0,02%	13.814,27	0,02%	-
Total de Investimentos	69.714.992,62	100,00%	61.206.334,18	100,00%	-

Rentabilidade dos Segmentos

Segmento	Rentabilidade no Ano	Benchmark	Rentabilidade do Benchmark no Ano
Renda Fixa	13,02%	Taxa Selic	10,90%
Renda Variável	-0,40%	IBrX	-2,78%
Total	11,76%	Taxa Selic	10,90%

Recursos em Fundos de Investimentos

	Gestor	Saldo (R\$)	Participação no Total
MULTIMERCADO		69.714.593,75	100,00%
Fundos Exclusivos		69.714.593,75	100,00%
FRG ADM FI Multimercado	Real Grandeza	69.714.593,75	100,00%
Total		69.714.593,75	100,00%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - Distribuição Analítica dos Investimentos

Discriminação	Espécie	Quantidade	R\$	Partic.
TOTAL LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS			69.714.992,62	100,00%
FRG ADM FI MULTIMERCADO			69.714.593,75	100,00%
RENDA FIXA			64.050.760,20	91,88%
Títulos Garantidos pelo Tesouro Nacional (Títulos Públicos)			57.737.590,71	82,82%
Notas do Tesouro Nacional			19.538.588,81	28,03%
Títulos Disponíveis para Negociação ("Títulos a Mercado")			19.538.588,81	28,03%
NTN-B - Vencimento: 15/08/2050		4.380	10.988.586,45	15,76%
NTN-F - Vencimento: 01/01/2023		9.139	8.550.002,36	12,26%
Operações Compromissadas (Adelic)		47.724	38.199.001,90	54,79%
Títulos emitidos por Empresas/Cotas de Fundos (Títulos Privados)			6.313.169,49	9,06%
Letras Financeiras			6.313.169,49	9,06%
Safra (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.903.816,62	2,73%
CEF (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.889.954,45	2,71%
Itaú Unibanco (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.259.699,21	1,81%
Bradesco (Vencimento: 15/06/2015)		1	1.259.699,21	1,81%
RENDA VARIÁVEL			5.648.010,65	8,10%
Mercado à Vista			5.648.010,65	8,10%
BM&FBovespa	ON	17.500	172.375,00	0,25%
Bradesco	PN	24.970	875.448,20	1,26%
Brasil Seguridade	ON	17.700	569.232,00	0,82%
BRF - Brasil Foods	ON	9.150	580.476,00	0,83%
CCR	ON	11.500	177.215,00	0,25%
Cielo	ON	4.000	166.680,00	0,24%
Itaú Unibanco	PN	28.360	981.256,00	1,41%
Itaúsa	PN	33.505	314.611,95	0,45%
Kroton	ON	33.500	519.250,00	0,74%
Pão de Açúcar - CBD	PN	900	88.767,00	0,13%
Petrobras	ON	15.950	152.960,50	0,22%
Petrobras	PN	23.850	238.977,00	0,34%
Ultrapar Participações	ON	9.670	497.521,50	0,71%
Vale	ON	4.350	95.308,50	0,14%
Vale	PNA	6.400	123.072,00	0,51%
Weg	ON	3.100	94.860,00	0,14%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			15.822,90	0,02%
CARTEIRA PRÓPRIA			398,87	0,00%
CAIXA/DESPESAS A PAGAR/RECEBER			398,87	0,00%

(Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

	2014	2013
ATIVO		
CIRCULANTE	121.469	110.108
Disponível	215	317
Realizável	121.254	109.791
Aplicações	113.509	105.274
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.781	1.503
Contraprestações Pecuniárias a Receber	696	208
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.085	1.295
Bens e Títulos a Receber	5.964	3.014
NÃO CIRCULANTE	883	883
Realizável a Longo Prazo	883	883
Depósitos Judiciais e Fiscais	883	883
TOTAL DO ATIVO	122.352	110.991
PASSIVO		
CIRCULANTE	21.465	16.035
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17.714	13.301
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	530	141
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	3.388	772
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (Peona)	13.796	12.388
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	145	53
Contraprestações a Restituir	9	15
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	136	38
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	57	33
Débitos Diversos	3.549	2.648
NÃO CIRCULANTE	652	554
Exigível a Longo Prazo	652	554
Provisões Judiciais	652	554
PATRIMÔNIO SOCIAL	100.235	94.402
Patrimônio Social	94.402	114.864
Superávit (Déficit) Acumulado	5.833	(20.462)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	122.352	110.991

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais

	2014	2013
1. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde	136.567	119.229
Contraprestações Líquidas	136.567	119.229
2. Eventos Indenizáveis Líquidos	(139.785)	(123.005)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(138.377)	(122.509)
Assistência à Saúde Médico-Hospitalar	(138.206)	(122.360)
Assistência Odontológica	(171)	(149)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(1.408)	(496)
3. Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde (= 1 + 2)	(3.218)	(3.776)
4. Outras Receitas Operacionais	35.945	39.195
5. Outras Despesas Operacionais	(20.326)	(25.855)
6. Resultado Bruto (= 3 + 4 + 5)	12.401	9.564
7. Despesas Administrativas	(20.507)	(18.829)
8. Resultado Financeiro Líquido	13.939	(11.197)
Receitas Financeiras	22.775	8.515
Despesa Financeiras	(8.836)	(19.712)
9. Resultado Líquido (= 6 + 7 + 8)	5.833	(20.462)

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/07/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que estavam suficientemente completos, havendo necessidade apenas da aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefício Definido.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza encontra-se em extinção desde 7/7/2005.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pelo Ofício nº 3.256 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	31/07/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.843
Idade média (em anos)	53,7
Tempo de serviço médio (em anos)	26,9
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	60
Idade média (em anos)	52,0
Benefícios Concedidos	31/07/2014
Número de aposentados válidos	
Número	6.541
Idade média (em anos)	66,6
Benefício médio mensal	7.866
Número de aposentados inválidos ²	
Número	216
Idade média (em anos)	64,4
Benefício médio mensal	3.037
Número de pensionistas (grupos familiares)	
Número	1.465
Idade média (em anos)	66,1
Benefício médio mensal	1.889

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefício Definido conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	3,60% para Furnas e 2,00% para Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,00% para autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	100%	100%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Desligamento	T-1 Service Table – 20%	T-1 Service Table – 20%

Outras hipóteses	2014	2013
Probabilidade de aposentadoria ³	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade, 20% no 2º ano de elegibilidade e 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
<i>Benefícios concedidos</i>		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
<i>Benefícios a conceder</i>		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

¹ Suavizada em 10%, específica por sexo.

² Tábua específica por sexo.

³ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%. Para os participantes que optaram pelo PREQ, a data de saída por aposentadoria se sobrepõe à hipótese de aposentadoria utilizada.

Foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela Fundação Real Grandeza para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em janeiro/2015 e pelo estudo de crescimento salarial elaborado pelos patrocinadores e enviados à Towers Watson, e considerando ainda as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 71%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. Com um intervalo de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 6,23% a.a. Assim, pode-se afirmar a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza e atestado pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a entidade optou por manter a taxa real anual de juros de 5,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2014.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Para atender aos dispositivos previstos na Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, que altera a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, a patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. realizou um estudo de crescimento salarial e com base nele a patrocinadora optou pela adoção da taxa de crescimento salarial de seu estudo de 3,60% ao ano. Por sua vez, a patrocinadora Eletronuclear baseou-se no cenário econômico, em sua política salarial projetada e proposta orçamentária para verificar quais seriam os percentuais que melhor estariam alinhados com a política de recursos humanos da empresa e optou pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% a.a.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, validamos os estudos e justificativas apresentadas pelos patrocinadores, uma vez que refletem as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes do Plano de Benefício Definido foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência de hipóteses pela Towers Watson, cujo resultado indicou a manutenção de todas as tábuas demográficas que já vinham sendo utilizadas.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Idade Normal de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial utilizado na avaliação dos benefícios gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo ter flutuações por ser usado para um grupo fechado.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31/12/2014, o Patrimônio Social é de R\$ 11.471.314.120,80.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31/12/2014 é a seguinte:

Valores em R\$

Patrimônio de Cobertura do Plano		11.358.075.090,96
Provisões Matemáticas		10.658.327.309,00
• <i>Benefícios Concedidos</i>		8.289.814.910,00
Contribuição Definida		-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização		8.289.814.910,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados		7.788.827.061,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados		500.987.849,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>		2.368.512.399,00
Contribuição Definida		-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado		2.326.238.426,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados		2.515.501.324,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)		(94.631.449,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		(94.631.449,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado		42.273.973,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados		46.474.309,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)		(2.100.168,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes		(2.100.168,00)
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>		-
Serviço Passado		-
Déficit Equacionado		-
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias		-
Equilíbrio Técnico		699.747.781,96
• <i>Resultados Realizados</i>		699.747.781,96
• <i>Superávit Técnico Acumulado</i>		699.747.781,96
Reserva de Contingência		699.747.781,96
Reserva Especial para Revisão de Plano		-
Fundos		113.239.029,84
• Fundo Previdencial		-
• Fundo Administrativo		57.117.419,43
• Fundo de Investimento		56.121.610,41

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 projetado para 31/12/2014.

Valores em R\$	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	10.658.327.309,00	10.623.113.122,00	0,3%
<i>Benefícios Concedidos</i>	8.289.814.910,00	9.011.200.763,00	-8,0%
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	8.289.814.910,00	9.011.200.763,00	-8,0%
<i>Benefícios a Conceder</i>	2.368.512.399,00	1.611.912.359,00	46,9%
Contribuição Definida	-	-	-
Benefício Definido	2.368.512.399,00	1.611.912.359,00	46,9%

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2014 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as alterações de hipóteses selecionadas.

A projeção dos números do exercício anterior, apresentada no quadro acima, considera que os participantes ativos iminentes teriam se aposentado durante o ano. Apesar de termos observado grande quantidade de aposentadorias durante o ano, o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza ainda conta com uma quantidade significativa de participantes ativos iminentes, que já possuem todas as elegibilidades necessárias para se aposentar, mas que ainda permanecem como ativos contribuintes e geram um ganho financeiro para o plano.

Essa situação pode ser verificada no quadro acima, que apresenta valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder acima do esperado, enquanto as provisões de benefícios concedidos do exercício encerrado ficaram abaixo do projetado.

Observamos ainda um acréscimo nas provisões matemáticas R\$ 21.196.185,00 devido à alteração da hipótese de crescimento salarial.

VI – FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

Em 2013, como resultado de uma nova fiscalização da Previc, o Ofício nº 128/ERRJ/PREVIC de 04/07/2013 recomendou que o regulamento do plano excluísse a menção a quaisquer taxas de contribuição, dada a natureza do Plano de Benefício Definido.

A exemplo dos Pareceres Atuariais de encerramento dos exercícios de 2007 a 2013, a Towers Watson realizou estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da então Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2014.

A Fundação Real Grandeza elaborou uma proposta de alteração regulamentar protocolizada no sistema CADPREVIC no dia 13/12/2012. Para análise do processo, a Previc solicitou a manifestação do Dest sobre alguns pontos, em especial sobre os contratos de dívida assinados, que por sua vez requereu que a data de referência dos valores mencionados no contrato seja a data de sua assinatura. Adicionalmente, o Dest solicitou a adequação das cláusulas 95 “b” e 96 do regulamento do Plano que foram realizadas pela Fundação Real Grandeza e patrocinadoras.

A Fundação Real Grandeza submeteu o processo para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc em 19/2/2015.

VII – CUSTO DO PLANO

O custo do plano apurado em percentual dos salários reais de contribuição é demonstrado na tabela a seguir:

Benefício	Custo em % do Salário
Aposentadorias	11,57
Aposentadoria por Invalidez	0,21
Pensão por Morte	0,16
Pecúlio/BPD	0,02
Custo Normal	11,96

VIII – RENTABILIDADE

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Benefício Definido no ano de 2014 foi de 13,84%.

IX – PLANO DE CUSTEIO

Conforme mencionado no item VI, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações realizados pela Towers Watson.

Apresentaremos a seguir os resultados com o Plano de Custeio atualmente vigente, cujas taxas estão definidas em regulamento e o Plano de Custeio Proposto, o qual é fruto de uma simulação solicitada que considera taxas que equilibram o custeio ao custo do plano, conforme solicitação em Relatório de Fiscalização da atual Previc.

Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

Plano de Custeio Vigente

O plano de custeio vigente, denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2015 estão descritos abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

Faixa Salarial/Benefício	Taxa sobre a parcela salarial/benefício
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

- Contribuição das Patrocinadoras
 - Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

Informamos que as contribuições eternas referentes a 5,09% da folha de salários das patrocinadoras foram transformadas em contratos de dívidas, conforme solicitado no Relatório de Fiscalização da então SPC realizado em 2007. Entretanto, o Dest por meio do Ofício 1726, ratificou o seu entendimento de que a data de referência do contrato deve ser a data de sua assinatura, desaconselhando retroagir a data para 31/12/2010 como havia sido realizado. As patrocinadoras ajustaram os contratos conforme solicitado durante o ano de 2014.

A aplicação das taxas definidas no regulamento mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,59%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 17,18%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 7,34%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de julho de 2014, a contribuição média de assistidos é de 8,09% em relação à folha de benefícios do Plano.

Tendo em vista que o custeio dos benefícios de risco do plano e das despesas administrativas para os participantes do

Plano de Benefício Definido deve seguir critérios uniformes e não discriminatórios, conforme disposto na Instrução SPC nº 5 de 9/12/2003, informamos que conforme Capítulo XXIII do Regulamento do Plano, os participantes optantes pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições de 0,37% para custeio dos benefícios de risco, a ser aplicado sobre o benefício proporcional calculado e reajustado conforme definido no item 48 e seus subitens do Regulamento do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo solicitou a realização de um estudo para verificar quais seriam as taxas de custeio que atualmente adequariam as contribuições ao custo do plano, proporcionando uma redução nas contribuições atualmente praticadas, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, levou em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido, além da situação do plano à época.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza

Assim, os percentuais definidos em faixas salariais e de benefício a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela Previc. O Conselho Deliberativo determinou, ainda, que os percentuais de contribuição dos Participantes Assistidos correspondessem a 1/3 (um terço) da respectiva faixa de contribuição dos ativos.

O Plano de Custeio estabelecido pelo Conselho Deliberativo está descrito abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos

Faixa Salarial	Taxa sobre a parcela salarial
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	9,00%

- Contribuição de Participantes Assistidos

Faixa Benefício da FRG	Taxa sobre a parcela benefício
Até ½ Teto Previdência Social	0,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	3,00%

- Contribuição das Patrocinadoras
 - Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,89% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 11,78%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é 1,73%.

Caso o plano de custeio proposto acima pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 12,75% e o resultado seria deficitário em R\$ 31.023.070,04. Destacamos que as taxas de contribuição acima descritas foram desenvolvidas com base na Avaliação Atuarial de 2011, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano, considerando as hipóteses adotadas à época e a situação financeira de então. Dessa forma, recomendamos revisar o plano de custeio para adequação à nova realidade do plano.

Após a aprovação da alteração regulamentar, recomendamos uma avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição que serão aplicados e, além disso, que o custeio do plano possa ser ajustado anualmente ao custo normal, tendo em vista as variações inerentes a um plano de benefício definido.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2014 com os que deverão ser praticados em 2015.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	8,590	8,440
Amortizante	0,000	0,000
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Patrocinadores	8,590	8,440
Participantes		
Normal	8,590	8,440
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Participantes	8,590	8,440

X – CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

O custeio previsto para o início de 2015 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial de R\$ 699.747.781,96, alocados como reserva de contingência e formado pela contínua manutenção do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

Conforme consta deste parecer, a Fundação Real Grandeza enviou à Previc processo de alteração regulamentar para adequação do Plano de Benefício Definido às exigências do Relatório de Fiscalização da então SPC, para novo envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Após a aprovação do órgão, recomendamos uma nova avaliação atuarial para definir os percentuais de contribuição adequados à realidade do plano no momento da aprovação.

Registramos que para o exercício 2014 não foram adotadas as alterações promovidas pelas Resoluções CNPC nº 15 e 16.

Towers Watson Consultoria Ltda.
Rio de Janeiro, 3de março de 2015.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Víviam Alves
MIBA nº 1982

Jussê Monteiro
MIBA nº 2545

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza posicionado em 31/07/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificou-se que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação Real Grandeza aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Contribuição Definida.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria n.º 3.255 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	31/07/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	2.525
Idade média (em anos)	44,2
Tempo de serviço médio (em anos)	8,9
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	32
Idade média (em anos)	45,9
Benefícios Concedidos	
31/07/2014	
Número de aposentados válidos	
Número	66
Idade média (em anos)	63,1
Benefício médio mensal	2.117
Número de aposentados inválidos ²	
Número	8
Idade média (em anos)	55,4
Benefício médio mensal	1.023
Número de pensionistas (grupos familiares)	
Número	22
Idade média (em anos)	55,2
Benefício médio mensal	1.856

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e conta com o aval das patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	4,81% para Furnas e Real Grandeza 0% autopatrocinados	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza 0% autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios do plano	100,00%	100,00%
Benefícios do INSS	100,00%	100,00%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Desligamento	1% ao ano	T-1 Service Table

Outras hipóteses	2014	2013
Probabilidade de aposentadoria	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Cônjuge informado	Cônjuge informado
Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
Probabilidade de casados na aposentadoria	90%	90%

Foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses demográficas: Tábuas de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Tábua de Entrada em Invalidez e Tábua de Desligamento.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012, em atendimento à Instrução nº 7 de 12/12/2013 deve

ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela Fundação Real Grandeza para desenvolver o estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas realizados em janeiro/2015 e pelo estudo de crescimento salarial elaborado pelos patrocinadores e enviados à Towers Watson, e considerando ainda as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 61%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. Com um intervalo de confiança de 50%, a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos do plano é compatível com a taxa real de juros de 5,89% a.a. Assim, pode-se afirmar a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a., condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente à taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza e atestado pelo Conselho Fiscal.

Sendo assim, a entidade optou por manter a taxa real anual de juros de 5,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2014.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

Para atender aos dispositivos previstos na Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, que altera a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e a Instrução nº 7 de 12/12/2013, a patrocinadora Furnas Centrais Elétricas S.A. realizou um estudo de crescimento salarial e com base nele a patrocinadora optou pela adoção da taxa de crescimento salarial de seu estudo de 4,81% ao ano. Por sua vez, a patrocinadora Real Grandeza informou que sua política de recursos humanos segue Furnas como referência, e, sendo assim, a taxa de crescimento salarial a ser adotada seria também de 4,81%.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, validamos os estudos e justificativas apresentadas pelos patrocinadores, uma vez que refletem as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um

assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e desligamento da massa de participantes do Plano de Contribuição Definida foi realizado em janeiro/2015 um estudo de aderência de hipóteses pela Towers Watson, cujo resultado indicou a manutenção de todas as tábuas demográficas que já vinham sendo utilizadas, com exceção da tábua de desligamento que foi substituída pelo percentual fixo de 1% ao ano.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do Plano de Contribuição Definida são avaliados pelo regime de capitalização.

Crédito Unitário Projetado

O Crédito Unitário Projetado é usado para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o correspondente custo corrente do serviço. De acordo com este método, um “benefício acumulado projetado” é calculado com base no serviço creditado na data da avaliação e quando a fórmula de benefício utiliza níveis futuros de salário e benefício da Previdência Social, utiliza-se hipóteses para a projeção desses valores para a idade a qual se considera que o empregado deixe o serviço. Em circunstâncias normais o “benefício acumulado projetado” é calculado com base na fórmula de acumulação do plano.

Capitalização Individual – Saldo de Contas

Os demais benefícios, ou seja, Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Pensão por Morte – Participante Vinculado, Pensão por Morte – Participante Assistido, Complementação de Pecúlio, Resgate e Benefício Diferido são determinados pelo Saldo de Contas.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja desligamento superior à admitida nas hipóteses atuariais.

Cabe ressaltar que, sendo as contribuições calculadas com base no Salário de Participação, elas poderão aumentar nominalmente à medida que os salários e outros componentes da remuneração sofram reajustes.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9, de 29/11/2012.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza, de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$ 590.419.175,23.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Contribuição Definida ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$ 571.785.144,98
Patrimônio de Cobertura do Plano	
Provisões Matemáticas	571.785.144,98
• <i>Benefícios Concedidos</i>	<i>23.596.128,52</i>
Contribuição Definida	5.784.715,52
Saldo de Conta de Assistidos	5.784.715,52
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	17.811.413,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	10.411.546,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.399.867,00
• <i>Benefícios a Conceder</i>	<i>556.561.457,67</i>
Contribuição Definida	531.050.948,67
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	229.727.755,22
Saldo de Contas – Parcela Participantes	301.323.193,45
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.345,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.352,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(7,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	25.509.164,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	46.440.184,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(20.931.020,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
• <i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(8.372.441,21)</i>
Serviço Passado	-
Déficit Equacionado	(8.372.441,21)
Patrocinador(es)	(4.186.220,60)
Participantes	(4.144.358,40)
Assistidos	(41.862,21)
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
Equilíbrio Técnico	-
• Resultados Realizados	-
• Superávit Técnico Acumulado	-
Reserva de Contingência	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	-
• Déficit Técnico Acumulado	-
• Resultados a Realizar	-
Fundos	18.634.030,25
• Fundo Previdencial	-
• Fundo Administrativo	16.818.898,42
• Fundo de Investimento	1.815.131,83

O déficit apurado em 31/12/2014 se deveu principalmente à alteração da hipótese de crescimento salarial e o aumento dos salários acima do esperado e foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013 e pela Resolução CNPC nº 14/2014, cujo plano de equacionamento está descrito na Seção XII - Plano de custeio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza.

A divisão dos valores de déficit entre participantes e assistidos de um lado e patrocinadoras de outro considerou a proporção contributiva apurada de 50% e a divisão entre participantes e assistidos se deu em relação ao benefício efetivo ou projetado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 14/2014.

Assim, a patrocinadora deverá equacionar o valor de R\$ 4.186.220,60, dos quais R\$41.862,21 referem-se à parcela não coberta dos benefícios concedidos e deve ser realizado um contrato de dívidas com garantias, cujo prazo máximo é de 27 anos a partir de 31/12/2014, calculado como a expectativa de vida ponderada pelo benefício, conforme descrito na Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Os R\$ 4.144.358,39 restantes, serão custeados por meio de contribuições extraordinárias pelo prazo máximo de 20 anos, contados a partir de 31/12/2014, conforme plano de custeio.

Os valores de déficit atribuídos aos participantes de R\$ 4.144.358,40 e aos assistidos de R\$ 41.862,21 serão custeados por, no máximo, 20 anos e 27 anos respectivamente, a partir de 31/12/2014 através de contribuições extraordinárias, conforme plano de custeio.

V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 projetado para 31/12/2014.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	580.157.586,19	566.872.462,80	2%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>23.596.128,52</i>	<i>17.011.427,91</i>	<i>39%</i>
Contribuição Definida	5.784.715,52	5.784.715,52	0%
Benefício Definido	17.811.413,00	11.226.712,39	59%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>556.561.457,67</i>	<i>549.861.034,89</i>	<i>1%</i>
Contribuição Definida	531.050.948,67	531.050.948,67	0%
Benefício Definido	25.510.509,00	18.810.086,22	36%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 580.157.586,19, apenas 7,47% (R\$ 43.321.922,00) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois correspondem à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 92,53% restantes (R\$ 536.835.664,19) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação Real Grandeza.

O aumento da provisão matemática de benefícios concedidos referente à parcela de benefício definido decorre de novas concessões de saldo de conta em renda vitalícia durante o exercício de 2014. As provisões de benefícios a conceder aumentaram principalmente em função dos aumentos salariais acima da hipótese e mudança da expectativa futura de crescimento salarial das patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Fundação Real Grandeza consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos. As alterações das hipóteses de desligamento e o aumento da taxa de crescimento salarial geraram um acréscimo nas provisões, conforme quadro abaixo:

Hipótese	Impacto em Reais
Mudança na Tábua de Desligamento	(415.700)
Aumento da taxa Crescimento Salarial	4.345.310

VI – RENTABILIDADE

Conforme informação da Fundação Real Grandeza, a rentabilidade acumulada do Plano de Contribuição Definida no ano de 2014 foi de 10,44%.

VII – PLANO DE CUSTEIO

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio de 2014e no período de abril de 2015 a março de 2016 deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

Patrocinadoras

Segmento Benefício Definido:

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e o regulamento do plano, as patrocinadoras deverão efetuar contribuição específica de 0,85%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano, sendo 0,39% referentes ao custo do pagamento de saldo projetado em caso de Invalidez e 0,46% em caso de morte.

Segmento Contribuição Definida:

No exercício de 2014, com base no cadastro de julho/2014 informado pela Fundação Real Grandeza, observamos uma contribuição média de 7,35% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras.

A contribuição complementar, de 6,56% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,59% da Folha de Salários Reais de Contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 31/12/2014 em 8,95% da folha de salários.

Tendo em vista a natureza do plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão efetuar além das suas contribuições básicas, as contribuições regulares, as contribuições específicas que seriam feitas pela patrocinadora e as contribuições para despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido devem arcar com as despesas administrativas do plano.

Plano de Equacionamento de Déficit

O plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza apresentou déficit superior a 10% das provisões matemáticas de benefício definido e o Conselho Deliberativo aprovou o seguinte plano de custeio extraordinário para equacionamento do déficit:

Equacionamento do Déficit	Valor em R\$	Taxas de contribuição
<i>Patrocinadores</i>	<i>4.186.220,60</i>	
Benefícios Concedidos	41.862,21	Contrato de dívidas
Benefícios a Conceder	4.144.358,39	0,10% da folha
<i>Participantes</i>	<i>4.144.358,40</i>	<i>0,10% do salário</i>
<i>Assistidos</i>	<i>41.862,21</i>	<i>0,23% do benefício</i>
Contribuição Total	8.372.441,21	

As contribuições extraordinárias aplicam-se a participantes ativos, autopatrocinados e assistidos (aposentados, inválidos e pensionistas) que optaram pela renda vitalícia. Participantes aguardando o benefício proporcional diferido e assistidos que optaram pela renda certa ou percentual do saldo, cujas provisões matemáticas não tem características de benefício definido, não fazem parte do plano de equacionamento por não apresentarem risco atuarial ao plano.

Os autopatrocinados assumem integralmente todas as contribuições da patrocinadora, inclusive as para o custeio do déficit.

Resumo comparativo do plano de custeio

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição normais definidas atuarialmente, contribuições administrativas e para equacionamento de déficit:

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Específica	0,85%	0,72%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,10%	0,00%
Custeio Administrativo	0,59%	0,88%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,54%	1,60%

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Participantes</i>		
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,10%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,10%	0,00%

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (vigência a partir de 01/04/2015)	Plano de custeio anterior
<i>Assistidos (Renda Vitalícia)</i>		
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,23%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,23%	0,00%

VIII – CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, de acordo com os padrões atuariais de prática, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado, uma vez que foi implementado plano de custeio para equacionamento de déficit e que as patrocinadores firmarão contrato de dívidas para amortização do déficit referente a parcela de benefícios concedidos.

Registramos que para o exercício 2014 não foram adotadas as alterações promovidas pelas Resoluções CNPC nº 15 e 16.

Towers Watson Consultoria Ltda.
Rio de Janeiro, 6 de março de 2015.

Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158

Víviam Alves
MIBA nº 1982

Jussê Monteiro
MIBA nº 2545

SAÚDE

Aos Membros dos Órgãos de Gestão Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social Rio de Janeiro - RJ

Para a obtenção dos resultados que compuseram a Avaliação Atuarial de 2014 do Plames – Plano de Assistência à Saúde, tomamos por base a Metodologia Atuarial constante na Nota Técnica registrada junto aos órgãos governamentais competentes e informações fornecidas pela Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social no que concerne a dados cadastrais e movimentações de utilizações do Plames, as quais foram analisadas pela sua consistência, sendo consideradas suficientes e completas.

Os Planos serão custeados por contribuições mensais de seus respectivos beneficiários, na modalidade de pré-pagamento, conforme os valores apresentados no Plano Anual de Custeio que apresenta a necessidade de um reajuste médio de 25,87% (vinte e cinco inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) sobre as mensalidades adotadas em 2014 (sem a utilização do FESP no custeio), aplicado de maneira não linear de modo a reduzir a defasagem entre custo e custeio dos Planos Básico Assistidos e Agregados, Especial Assistidos e Executivo Assistidos. Considerando um prazo de 4 (quatro) anos de duração estimada do FESP o reajuste médio passa a ser de 17,30% (dezesete inteiros e trinta centésimos por cento). Esses valores deverão ser reavaliados atuarialmente com uma periodicidade não superior a 12 (doze) meses, ou sempre que fatores externos assim o determinem.

Em reunião de 26/01/2015, o Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza optou por aumentar o prazo estimado de duração do FESP para 5 (cinco) anos, transferir R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) do Fundo de Assistência à Saúde - FAS para o FESP, além de considerar reajustes lineares diferenciados por plano. Estas alterações resultaram na necessidade de um reajuste de 22,51% (vinte e dois inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) para os Planos Básico, Especial, Executivo e Executivo Plus de Assistidos, 31,13% (trinta e um inteiros e treze centésimos por cento) para o Plano Básico de Agregado e de 12,24% (doze inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) para os Planos Executivo e Executivo Plus de Ativos e Especial, Executivo e Executivo Plus de Agregados, percentuais estes aplicados sobre as mensalidades adotadas em 2014 e que resultaram num valor médio de 18,44% (dezoito inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento).

Mesmo estando em consonância com a legislação vigente que determina que os Planos de Assistidos tenham o mesmo tratamento para fins de reajuste (art. 21, Resolução Normativa – RN nº 279/2011), alertamos para o fato de que a opção pelo reajuste acima descrito aumentará a defasagem entre custo e custeio (mensalidades) nos Planos Básico, Especial e Executivo Assistidos, podendo afetar o equilíbrio de custeio do Plames como um todo, exigindo medidas corretivas, dentre elas, reajustes superiores ao aumento de custos que vierem a ser verificados nestes Planos. Também se faz necessário reduzir a defasagem entre custo e mensalidades dos planos de Assistidos e manutenção dos valores dos Fundos em função do retorno dos beneficiários do PREQ para os planos de Assistidos, com início previsto para 2018. Especificamente para o Plano Básico Assistidos, sugerimos o fechamento deste produto para novas adesões com a criação de produto semelhante com custeio equilibrado ou a preservação dos recursos financeiros do FESP para o custeio parcial deste produto ao longo do tempo.

Em consonância com o regulamento do Plames, o Plano Anual de Custeio, vigente para o período de abril/2015 a março/2016, contempla as contribuições mensais dos beneficiários para a cobertura dos custos de Assistência à Saúde e para o Fundo de Grandes Riscos, classificadas por faixa etária, categoria e modalidade de plano. A receita média mensal esperada, oriunda da aplicação do Plano de Custeio proposto, será de R\$ 13.971.482,52 (treze milhões, novecentos e setenta e um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Para o custeio da parcela em pré-pagamento do Plames, estimamos que será necessária uma receita média mensal de 14.847.981,24 (catorze milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos). Portanto, estimamos um desembolso médio mensal de custeio, a ser suportado pelo FESP – Fundo Especial do Plames, de R\$ 876.498,72 (oitocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos) para equilibrar o custeio dos Planos. De acordo com as hipóteses de longo prazo formuladas, estimamos que o saldo do FESP acrescido de R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) a ser transferido do FAS, será suficiente para custear parcialmente o Plames por 5 (cinco) anos.

Identificamos que a defasagem entre receitas e despesas do Plano de Custeio proposto para abril/2015 a março/2016 é de 5,90% (cinco inteiros e noventa centésimos por cento), o que poderá ensejar reajustes futuros específicos para a recomposição do FESP, a ser adicionado aos percentuais de reajuste de sinistralidade de cada um dos Planos. Em função da resposta da Fundação ao Relatório de Fiscalização – SPC nº. 006/2007/ESRJ, sugerimos que o horizonte temporal de duração mínima do FESP de 4 (quatro) anos seja mantido a cada reavaliação atuarial do Plano. A sistemática de coparticipação nos serviços utilizados, a regra de reajuste das mensalidades em função da sinistralidade e do incremento dos custos assistenciais e operacionais também deverão ser mantidas.

Os Recursos Próprios Mínimos, suficientes para o cumprimento das regras de Patrimônio Mínimo Ajustado e Margem de Solvência esta-

belecidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme Resolução Normativa – RN nº. 209/2009 e alterações posteriores, corresponde em dezembro/2014, ao valor de R\$42.200.368,20 (quarenta e dois milhões, duzentos mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte centavos). O Patrimônio Líquido / Social da Fundação deverá, a qualquer tempo, apresentar um valor igual ou superior ao resultado obtido pelas regras constantes na legislação supra citada. Considerando que em dezembro/2014, o valor contabilizado no Fundo de Assistência Médica perfazia o total de R\$25.775.729,72 (vinte e cinco milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos) e que os saldos contabilizados no Fundo de Grandes Riscos e na Reserva de Contingência perfaziam, respectivamente, R\$16.843.595,04 (dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quatro centavos) e R\$ 29.251.963,50 (vinte e nove milhões, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos), totalizando R\$ 71.871.288,26 (setenta e um milhões, oitocentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos), entendemos que esta regra de patrimônio mínimo estabelecida pela ANS está plenamente satisfeita. Eventuais diferenças, se verificadas em função da atualização mensal destes valores, deverão ser ajustadas no Fundo de Assistência Médica.

A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorridos e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora, foi contabilizada, com base em dezembro/2014, em R\$ 13.796.020,22 (treze milhões, setecentos e noventa e seis mil, vinte reais e vinte e dois centavos) atendendo integralmente o disposto na Resolução Normativa – RN nº. 209/2009. A Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar - PESL, foi contabilizada em R\$3.386.881,36 (três milhões, trezentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos), com base em dezembro/2014. Conforme critérios estabelecidos na Resolução Normativa supra citada, a Operadora deverá constituir a Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e a Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar, integral e mensalmente, atualizando o valor calculado da referida provisão de acordo com as regras vigentes. A contabilização destas provisões deverá obedecer as Instruções Normativas específicas da DIOPE/ANS. Para a vinculação dos Ativos Garantidores das Reservas Técnicas, a Fundação Real Grandeza deverá observar as regras contidas na Resolução Normativa – RN nº 159/2007 e alterações posteriores emanadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Fundo de Grandes Riscos, destinado a cobrir os valores dos eventos que se situarem entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) será custeado por contribuições mensais dos beneficiários, proporcionais à respectiva contribuição ao Fundo Assistencial. A contribuição mensal média per capita calculada para esse fundo é de R\$ 8,77 (oito reais e setenta e sete centavos), valor este que deverá ser reavaliado anualmente em função do nível de sinistralidade que vier a ser verificado.

Em função do parágrafo único do Art. 15 da Lei nº 9.656/98 e do Art. 15 da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que proíbem a variação das contraprestações pecuniárias para consumidores com 60 (sessenta) anos ou mais de idade, se já participaram do mesmo plano, ou sucessor, há mais de 10 (anos); do Art. 2º da Resolução Normativa RN nº 63 determina a adoção de 10 faixas etárias; dos incisos I e II do Art. 3º da mesma resolução determinam que o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a 6 (seis) vezes o valor da primeira faixa etária e que a variação acumulada entre a sétima e a décima faixa etária não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixa, efetuamos ajustes nos valores das mensalidades com o objetivo de redistribuir os custos entre as faixas etárias para adequação à legislação supra citada.

Os Patrocinadores disponibilizarão sua estrutura administrativa, técnica e rede credenciada ou referenciada, assumindo, dessa forma, o custeio das despesas com administração do plano.

Em conformidade com a Instrução Normativa nº 08, de 30/12/2002 e a Resolução Normativa RN nº 63, de 22/12/2003, que alterou a Resolução RDC nº 28, e a fim de que o resultado final reflita, com exatidão, no preço do produto calculado atuarialmente, foi efetuado ajuste nos valores totais das despesas assistenciais, os quais foram incorporados, para fins de demonstração, na coluna “S” do anexo II-B NTRP, conforme Instrução Normativa supra citada.

Por fim, salientamos que os resultados desta Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações nas bases técnicas, premissas e hipóteses utilizadas para os cálculos e que, modificações futuras destes fatores, bem como majorações nos custos ou aumento da utilização dos serviços médicos, hospitalares, medicamentos e materiais cobertos pelos Planos, alteração no Rol de Procedimentos da ANS e adesões e exclusões de Beneficiários, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais apresentados.

Curitiba, 04 de março de 2015.

ACTUARIAL – Assessoria e Consultoria Atuarial

Luiz Fernando Vendramini
Atuário - Miba 1307

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 – PLANOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro – RJ**

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

5. Ênfases

Destaque especial para o divulgado na nota 10.5, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm promulgado jurisprudência contrária a tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$22.460 mil.

Conforme mencionado na nota explicativa 17.1 o Conselho Deliberativo aprovou o plano de equacionamento do deficit acumulado referente ao Plano de Contribuição Definida – CD, estruturado na modalidade de contribuição variável, no montante de R\$8.372 mil e que as patrocinadoras firmarão contrato de dívidas para amortização do deficit referente à parcela de benefícios concedidos. Esse deficit foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos, observando a proporção contributiva, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 e alterações.

A nota explicativa 17.2 ressalta que a Fundação Real Grandeza, optou em promover os estudos técnicos em 2015, pertinentes a convergência das taxas de juros aplicadas aos planos BD e CD, com os custeios aprovados e o fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, assim como, os ajustes de precificação dos títulos públicos federais, considerando a variação da rentabilidade pela taxa da curva de aquisição e a taxa do passivo atuarial, de acordo com normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/O - 8 – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/O

6.2 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

**Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores do
Plano de Assistência Médica
(Administrado pela REAL GRANDEZA Fundação de Previdência e Assistência Social)
Rio de Janeiro – RJ**

1. Escopo dos exames

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência Médica – PAS” e do “Planes – Plano de Assistência Médico Suplementar”, da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nessas demonstrações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do “Plano de Assistência Médica – PAS” e do “Planes – Plano de Assistência Médico Suplementar”, da Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

5. Ênfases

Destaque especial para o divulgado na nota 13, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm pro-mulgado jurisprudência contrária a tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015 estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$14.859 mil.

Conforme mencionado na nota explicativa “17”, em 2015, a Real Grandeza assume a gestão do “Plano de Assistência Indireta à Saúde” oferecido por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A, a seus empregados, além disso, está previsto a “Assunção” do Plano de Saúde da Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR.

6. Outros Assuntos

6.1. Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O “Plano de Assistência à Saúde – PAS” e do “Plames – Plano de Assistência Médico Suplementar”, para fins societários, é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

6.2. Informações relevantes

De acordo com o Parecer Atuarial do Plano Plames, elaborado em 04/03/2015, salientamos as seguintes considerações divulgadas no documento:

- a) Em reunião de 26/01/2015, o Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza optou por aumentar o prazo estimado de duração do FESP 4 (quatro) para 5 (cinco) anos, transferir R\$ 10.500 mil (dez milhões e quinhentos mil reais) do Fundo de Assistência à Saúde - FAS para o FESP, além de considerar reajustes lineares diferenciados por plano;
- b) Estas alterações resultaram na necessidade de um reajuste de 22,51% (vinte e dois inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) para os Planos Básico, Especial, Executivo e Executivo Plus de Assistidos;

31,13% (trinta e um inteiros e treze centésimos por cento) para o Plano Básico de Agregado;
12,24% (doze inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) para os Planos Executivo e Executivo Plus de Ativos e Especial, Executivo e Executivo Plus de Agregados, percentuais estes aplicados sobre as mensalidades adotadas em 2014 e que resultaram num valor médio de 18,44% (dezoito inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento);
- c) Os reajustes acima descritos aumentará a relação entre custo e as contribuições (mensalidades) correspondentes aos Planos Básico, Especial e Executivo Assistidos, podendo afetar e equilíbrio de custeio do Plames, exigindo medidas corretivas, dentre elas, reajustes superiores ao aumento de custos que vierem a ser verificados nestes Planos;
- d) Reduzir a defasagem entre custos e contribuições (mensalidades) do Plano Assistidos;
- e) Manutenção dos valores dos Fundos em função do retorno dos beneficiários do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) para os Planos de Assistidos, com previsão para 2018;
- f) O plano de custeio aprovado estima uma receita média anual de R\$13.971mil valor inferior ao cálculo estimado atuarial no montante de R\$14.848 mil, a diferença de R\$876 mil deve ser absorvida pelo Fundo Especial do Plames;



g) A defasagem entre receitas e despesas do Plano de Custeio proposto para abril de 2015 a março de 2016 é de 5.90%, o que poderá ensejar reajuste futuros específicos para recomposição do Fundo Especial dos Planos, a ser adicionado aos percentuais de reajuste de sinistralidade de cada um dos Planos.

h) Que o horizonte temporal de duração mínima do Fundo Especial dos Planos de 4 (quatro) anos seja mantido a cada reavaliação do Plano;

i) O Fundo de Grandes Riscos, destinados a cobrir os valores dos eventos que se situarem entre R\$100mil e R\$500 mil será custeado por contribuições mensais dos beneficiários, proporcionais à respectiva contribuição ao Fundo Assistencial, a contribuição média per capita calculada para esse fundo é de R\$8,77, este valor será reavaliado anualmente em função do nível de sinistralidade que vier a ser verificado; e

j) Salientamos que os resultados desta Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações nas bases técnicas, premissas e hipóteses utilizadas para cálculos e que, modificações futuras destes fatores, bem como majorações nos custos ou aumento da utilização de serviços médicos, hospitalares, medicamentos e materiais cobertos pelos Planos, alterações no Rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde e adesões e exclusões de Beneficiários, poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais apresentados.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG - 757/O – F – RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador – CRCRJ – 046.114/0



7.1 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, tendo procedido à verificação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida, das Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Atuário Externo, aprovou, por unanimidade, as referidas Demonstrações, recomendando sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, com destaque nas ênfases a seguir, conforme Parecer do Auditor Independente:

- Em relação aos Planos Previdenciários:

“Destaque especial para o divulgado na nota 10.5, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm promulgado jurisprudência contrária à tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015, estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$22.460 mil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 17.1, o Conselho Deliberativo aprovou o plano de equacionamento do déficit acumulado referente ao Plano de Contribuição Definida – CD, estruturado na modalidade de contribuição variável, no montante de R\$8.372 mil e que as patrocinadoras firmarão contrato de dívidas para amortização do déficit referente à parcela de benefícios concedidos. Esse déficit foi equacionado por patrocinadoras, participantes e assistidos, observando a proporção contributiva, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008 e alterações.

A Nota Explicativa 17.2 ressalta que a Fundação Real Grandeza, optou em promover os estudos técnicos em 2015, pertinentes à convergência das taxas de juros aplicadas aos Planos BD e CD, com os custeios aprovados e o fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, assim como, os ajustes de precificação dos títulos públicos federais, considerando a variação da rentabilidade pela taxa da curva de aquisição e a taxa do passivo atuarial, de acordo com normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)“.

- Em relação ao Plano Assistencial:

“Destaque especial para o divulgado na nota 13, esclarecendo que os Tribunais Regionais Federais, na sua maioria, têm promulgado jurisprudência contrária à tese defendida pela Fundação Real Grandeza, consubstanciada na orientação da consultoria jurídica contratada. Os débitos fiscais de competência, a partir de 2015, estão sendo recolhidos tempestivamente, por conseguinte, os débitos fiscais de exercícios bases anteriores permanecem sem provisão, no total de R\$14.859 mil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa “17”, em 2015, a Real Grandeza assume a gestão do “Plano de Assistência Indireta à Saúde” oferecido por FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A, a seus empregados, além disso, está prevista a “assunção” do Plano de Saúde da Eletrobrás Termonuclear S.A – ELETRONUCLEAR”.

Destaque:

Apesar de facultativo, não foram demonstrados os efeitos e impactos, na situação econômico-financeira nos Planos de Benefícios, em 2014, caso fossem adotadas as Resoluções CNPC nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015

Adilson dos Santos Carreira
Miguel Nunes do Nascimento Filho
José Luiz Oliveira de Aguiar
José Henrique da Costa



7.2 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Resolução do Conselho Deliberativo – RC nº 001/321

O Conselho Deliberativo da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social, na 321ª reunião extraordinária, realizada em 23.03.2015, resolveu a partir da PRC nº 007.2015, alterada:

Aprovar as Demonstrações Contábeis dos Planos Previdenciários BD e CD e do Plano de Assistência à Saúde da REAL GRANDEZA, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, devidamente submetidas aos exames da Auditoria Externa Fernando Motta e Associados Consultoria e Auditoria.

Presidente do Conselho Deliberativo
Victor Albano da Silva Esteves



8.1 – PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PELAS PATROCINADORAS

Em 2014, as Patrocinadoras realizaram os pagamentos de contribuições para os planos de benefícios referentes ao exercício.

8.2 – DÍVIDAS DAS PATROCINADORAS

Em 13/10/2003, as Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram Termos de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas com o objetivo de eliminar déficit, remanescente à época, relativo ao exercício do ano 2000 no Plano BD da REAL GRANDEZA, registrado como Provisões Matemáticas a Constituir. O montante total a ser pago pelas Patrocinadoras ao Plano foi definido em R\$ 273.123 mil a valores de novembro de 2001. O pagamento das 144 prestações mensais, considerando atualização pela variação do INPC + 6,0% a.a., se iniciou em janeiro de 2004 e será concluído em dezembro de 2015.

Em 01/10/2012, em função de determinação feita pela então Secretaria de Previdência Complementar em 2007, a Patrocinadora Furnas assinou contrato de dívida com a REAL GRANDEZA com o objetivo de substituir contribuições eternas de 2,85% e de 2,24% incidentes sobre a folha de salários reais de contribuição dos participantes do Plano BD que são seus empregados. Através desse contrato, Furnas se comprometeu a pagar ao Plano o montante de R\$ 61.458 mil a valores de dezembro de 2010, em 86 parcelas mensais considerando atualização pela variação do IGP-DI + 6,0% a.a.. Em 07/02/2013, pelo mesmo motivo, a Patrocinadora Eletronuclear assinou contrato semelhante, comprometendo-se a pagar, nas mesmas condições, R\$ 18.471 mil a valores de dezembro de 2010. Em 2014, conforme determinação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest) junto às Patrocinadoras, os contratos foram repactuados com o objetivo de adotar valores de dívida recalculados para a data de referência de 31 de dezembro de 2013, que passaram a ser R\$ 44.535 mil (Furnas) e R\$ 16.104 mil (Eletronuclear). Nas repactuações, foram alterados também a taxa de juros dos contratos (mudando a atualização dos valores para a variação do IGP-DI + 5,5% a.a.) e o número de parcelas para pagamento das dívidas (que passaram a ser 109 mensais).

As tabelas a seguir apresentam os saldos das dívidas existentes em 31/12/2014 e em 31/12/2013.

Dívidas das Patrocinadoras com o Plano de Benefício Definido

		Valores em R\$ mil			
Furnas		Eletronuclear			
	2014	2013		2014	2013
Equacionamento de Déficit de 2000		Equacionamento de Déficit de 2000			
Saldo Inicial	128.821	177.880	Saldo Inicial	17.568	24.258
Parcelas pagas no exercício	(70.703)	(66.712)	Parcelas pagas no exercício	(9.641)	(9.097)
Atualização	12.377	17.653	Atualização	1.688	2.407
Saldo Final	70.495	128.821	Saldo Final	9.615	17.568
Substituição das Contribuições Eternas		Substituição das Contribuições Eternas			
Saldo Inicial	47.194	53.712	Saldo Inicial	14.184	18.471
Ajuste da Repactuação	21.293	-	Ajuste da Repactuação	7.909	-
Parcelas pagas no exercício	(9.045)	(12.168)	Parcelas pagas no exercício	-	(10.089)
Atualização	7.767	5.650	Atualização	2.667	5.802
Saldo Final	67.209	47.194	Saldo Final	24.760	14.184

Até 31/12/2014, todas as obrigações previstas nos contratos de dívida em vigor tinham sido cumpridas.

8.3 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DECORRENTES DE EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

A Instrução Previc nº 15/2014 estabelece que as reavaliações dos imóveis que compõem a carteira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar deverão ser realizadas anualmente, de preferência, ou a cada três anos, pelo menos. Por isso, a Real Grandeza realizou, ao final de 2014, a reavaliação dos seus imóveis, todos integrantes da carteira de investimentos do Plano BD. Tal reavaliação gerou um impacto positivo de R\$ 224.407 mil, inferior a 5% (cinco por cento) do saldo total dos investimentos do Plano BD em dezembro de 2013 (R\$ 10.460.027 mil). Caso a reavaliação não tivesse sido feita, a rentabilidade do Plano BD em 2014 teria sido de 11,3%, ao invés dos 13,8% apurados.

Em relação aos demais planos administrados pela REAL GRANDEZA, não houve, em 2014, variações de patrimônio decorrentes de reavaliação e de participações avaliadas por valor econômico ou decorrentes de mudança de categoria de títulos e valores mobiliários, que tenham impactado a rentabilidade e que somadas, ao longo do ano, tenham superado 5% (cinco por cento) do saldo de Investimentos no ano anterior.

8.4 – ALTERAÇÕES DE ESTATUTO

Não houve alteração do Estatuto Social da REAL GRANDEZA em 2014.

Cabe informar que, em 01/07/2013 e em 26/08/2013, o Conselho Deliberativo aprovou proposta contemplando diversas alterações do Estatuto Social da entidade. Em 31/12/2014, a proposta ainda se encontrava em análise nas Patrocinadoras.

8.5 – ALTERAÇÕES DE REGULAMENTO DE PLANO DE BENEFÍCIO

Em 2014, não houve alteração dos Regulamentos dos Planos de Benefício Definido e de Contribuição Definida administrados pela REAL GRANDEZA.



Fundação de Previdência e Assistência Social

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Luciano Frucht (Gerente)

Valéria Paim

Daniela Valle

Eduardo Freire

ASSESSORIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Conformidade, revisão e acompanhamento

Abílio Santos Ferreira Filho (Gerente)

Gabriel Duarte Teixeira

Wladimir Gomes dos Santos

RELATÓRIO ANUAL 2014

Produção **Link Comunicação Integrada Ltda.**

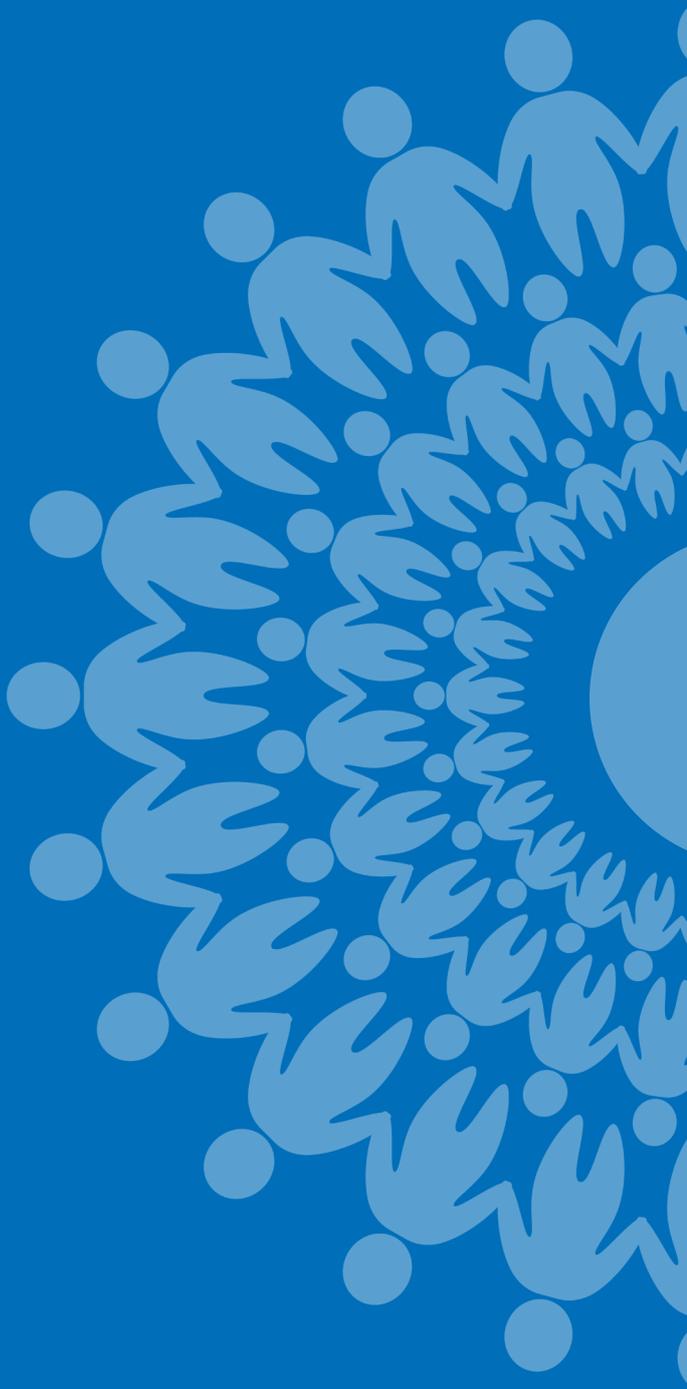
Desenho **João Carlos Guedes**

Imagens **iStock**

**Real Grandeza Fundação de
Assistência e Previdência Social**

Rua Mena Barreto, 143 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ – CEP.: 22271-100

www.frg.com.br



RS REAL GRANDEZA
Fundação de Previdência e Assistência Social